



DOSSIÊ TEMÁTICO

As Jornadas de Junho em perspectiva global

Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ
Instituto de Estudos Sociais e Políticos – IESP
Núcleo de Teoria Social e América Latina

Coordenação Geral: Breno Bringel e José Maurício Domingues
Coordenação Executiva: Beatriz Castro e Renata Versiani

Sítio eletrônico: www.netsal.iesp.uerj.br
E-mail para contato: netsaliesp@gmail.com

Dossiê Temático nº3
Rio de Janeiro – Dezembro de 2013
Documento de apoio à pesquisa produzido pelos integrantes do NETSAL

Responsável Editorial pelo Dossiê: Breno Bringel, Guilherme Benzaquen, Livia Alcântara, Simone Gomes
Projeto Gráfico: Pedro Borba e Clóvis Borba
Capa e Diagramação: Raul Gondim e Livia Alcântara



DOSSIÊ TEMÁTICO

As Jornadas de Junho em perspectiva global

Sumário

Apresentação – Equipe dossiê 3	3
Sentidos e tendências do <i>levante brasileiro</i> de 2013 - Breno Bringel	16
 Parte I - As ruas; Às ruas	
1. Street protests and class power: reflections on current events in Turkey, Egypt, and Brazil and the aftermath of the Arab Spring - D.Valerian [extratos]	30
2. The cancer in Occupy - Chris Hedges [extratos]	38
3. Concerning the violent peace-police: an open letter to Chris Hedges - David Graeber [extratos]	44
 Parte II - As Mídias	
4. #YoSoy132: la pantalla y los sueños - Luis Hernández Navarro	49
5. The (revolt) medium is the message: counter-information and the 2008 revolt in Greece - Metropolitan Sirens [extratos]	52
6. Mobilisations et révolutions dans les pays de la méditerranée arabe à l'heure de l'hybridation du politique Égypte, Liban, Maroc, Tunisie - Sarah Ben Néfissa [extratos]	57
 Parte III - Depois da tormenta...	
7. Democracy on ice: a post-mortem of the Icelandic constitution - Thorvaldur Gylfason	72
8. A democracia na praça: dois anos de protestos na Espanha - Germán Labrador Méndez [extratos]	79
9. How Occupy reinvented the language of democracy - Jerome Roos	92

Apresentação

Durante o segundo semestre de 2013 todos os olhares, mas particularmente os midiáticos, acadêmicos e políticos estiveram voltados para as “Jornadas de Junho” e seus (possíveis) desdobramentos. Muitos tem sido os debates e posições em jogo em uma conjuntura que se move muito rapidamente. Longe de resumir, sistematizar ou esgotar as possibilidades de discussão em torno a um tema tão amplo como vivo, esta nova edição do Dossiê Temático do Núcleo de Estudos de Teoria Social e América Latina (NETSAL) se propõe, uma vez mais, a organizar fontes relevantes que sirvam como suporte à pesquisa acadêmica e ao debate público.

Em nossa edição anterior, o objetivo foi analisar a conjuntura política e social brasileira, refletindo sobre as mudanças recentes no país e suas perspectivas de futuro. Muitos dos textos selecionados, assim como os debates que organizamos ao longo do primeiro semestre de 2013¹, alertavam para o esgotamento de um ciclo e de um modelo após dez anos de governo petista, advogando pela necessidade de um giro à esquerda; uma radicalização e um aprofundamento democrático; e inclusive um novo ciclo de lutas sociais. No entanto, este desejo constituía-se mais em uma expectativa incerta, e de difícil construção a curto prazo, do que em um provável horizonte de possibilidades. Por um lado, pode-se dizer que as jornadas de junho de 2013 eram, de fato, imprevisíveis; mas, por outro lado, dificilmente possamos falar em uma “surpresa total” no tocante à análise da conjuntura política brasileira anterior a estas mobilizações de massa.

Ao contrário do dossiê anterior, que apresentou uma seleção criteriosa de textos chave do debate público nacional, esta edição se debruça principalmente sobre o cenário internacional, a partir de textos que buscam discutir o recente ciclo de protestos em diversos países e regiões do mundo. Esta escolha supõe uma premissa inicial: o caso brasileiro não pode ser entendido sem levar em consideração o ciclo de protestos que surgiu no mundo nos últimos anos. Embora possa ser discutido se estamos diante de um “ciclo global” de contestações (tal como o vivido com o movimento antiglobalização a

¹ Durante o primeiro semestre de 2013 o NETSAL organizou no IESP-UERJ um ciclo de debates intitulado “Brasil: do país do futuro ao futuro do país” que contou com a participação de Emir Sader, Argelina Figueiredo, Cândido Grzybowski, José Maurício Domingues, Adalberto Cardoso, Marco Antônio Perruso e Breno Bringel. Os vídeos do ciclo de debates estão disponíveis em nossa página web e podem ser consultados através do seguinte link: <http://netsal.iesp.uerj.br/index.php/pt/links/videos>

partir dos anos 1990) ou simplesmente de uma “coleção” de mobilizações nacionais conectadas regionalmente e globalmente de maneira mais frouxa (e as vezes inclusive “imaginária”), o fato é que há várias discussões e elementos transversais que conectam as mobilizações emergentes no Brasil com experiências tão distintas como as ocorridas na Grécia, nos Estados Unidos, na Islândia, na Espanha, no México, na Turquia ou em alguns países do Norte da África.

Muitos critérios poderiam ser usados para estabelecer paralelos e buscar elementos comparativos, assim como muitos outros casos poderiam ser incluídos se o objetivo fosse dar conta desse fenômeno global como um todo. No entanto, o objetivo principal do presente dossiê é outro: olhar para alguns elementos, debates e polêmicas presentes nas experiências recentes de mobilização dos países acima mencionados para, a partir daí, problematizar o caso brasileiro. Em outras palavras: o que ocorreu e está ocorrendo em outros lugares, países e regiões que ajuda a pensar o cenário das mobilizações contemporâneas no Brasil? Mais do que fornecer respostas, a proposta é traçar rotas similares e elementos comparativos que nos permitam analisar certos debates centrais – também presentes nas experiências vividas nesses outros lugares – que foram introduzidos em nosso país após as mobilizações iniciadas em junho. A partir desse esforço esperamos que seja possível perceber semelhanças, diferenças e interpenetrações entre os processos que, ademais, contribuam a colocar em outro patamar algumas discussões, a nosso juízo, bastante problemáticas e limitadas sobre a violência e as formas de ação coletiva; o papel da(s) mídias(s) e das redes sociais, e a mediação dos protestos; os possíveis desdobramentos e cenários futuros abertos pela mobilização social.

Para delimitar melhor o dossiê, foram selecionados três eixos presentes tanto no caso brasileiro como em outras mobilizações pelo mundo: a (inov)ação coletiva e a mobilização em si (presente em nossa seção “as ruas/às ruas”); a mídia hegemônica, as mídias alternativas e a mediação (“as mídias”); e os impactos e desdobramentos das mobilizações (denominadas em nosso dossiê como “depois da tormenta”). Como já foi dito, estes eixos não esgotam as possibilidades do olhar, mas permitem comparações. A parte mais visível das mobilizações de junho (e posteriores a ela, com seguimento desigual nas cidades e estados brasileiros) está presente no primeiro eixo, marcado pela visibilização do conflito e pela publicização de uma série de processos mais invisíveis de organização e de indignação cotidianas que entram na arena do debate público. Nela

é possível perceber a diversidade interna dos processos que acarretam em uma série de conflitos e disputas, mas também os enquadramentos das mobilizações realizados por diferentes atores sociopolíticos. No segundo eixo é problematizado, de maneira mais específica, como isso é interpretado e como os próprios processos da rua são em si mediatizados. Por fim, o relato do que aconteceu após os acontecimentos mais explosivos coloca em pauta a questão: como definir o começo e o término desses processos? A saída das ruas não significa necessariamente fracasso ou efemeridade, pois somente um olhar de médio e longo prazo poderá dizer seu impacto não somente no terreno político-institucional mais imediato (por exemplo, as eleições de 2014), como também na própria cultura política e no realinhamento dos grupos sociais. Isso posto, ainda é cedo para entender os possíveis desdobramentos, mas essas mobilizações estão disputando significados e códigos que podem ou não se sedimentarem socialmente e politicamente.

Com relação ao caráter dos textos, primou em nossa seleção um critério de pluralidade. Textos mais analíticos estão lado a lado de outros mais descritivos. De maneira similar, textos escritos com propósitos claramente políticos também foram escolhidos, já que, por mais que não tragam tantos elementos propriamente analíticos, permitem a percepção das semelhanças e diferenças com o caso brasileiro. Tendo em vista que, salvo algumas exceções, os textos selecionados nos três eixos que compõe o presente dossiê não estabelecem por si só pontes com a discussão brasileira, não nos restringiremos nesta apresentação em introduzir as leituras escolhidas; elencaremos e discutiremos brevemente também alguns paralelos com as mobilizações brasileiras e nosso debate público.

Antes disso, cabe mencionar que, como vem sendo habitual, este dossiê conta também com um texto de abertura, assinado, nesta edição, pelo Prof. Breno Bringel. O texto, intitulado “Sentidos e tendências do levante brasileiro de 2013”, analisa as mobilizações recentes no Brasil, examinando seu contexto inicial e suas motivações; sua inserção em cenários mais amplos de protestos globais; algumas coordenadas espaço-temporais; os atores e as experiências dos ativistas envolvidos; e algumas tendências de futuro. Desse modo, dito texto serve como uma primeira tentativa de pensar as mobilizações recentes no Brasil com um olhar comparativo e global, abrindo possibilidades para o entendimento de dilemas e desafios que, a despeito de nossas especificidades, remetem a problemáticas mais gerais também presentes nos protestos

vivenciados no ciclo atual em outros países do mundo. O(a) leitor(a) julgará se ditos debates contribuem ou não a um alargamento e complexificação de nossas discussões públicas, em geral muito limitadas pelo imediatismo e por uma incompreensão (deliberada ou não) das práticas sociais e articulatórias emergentes.

As Ruas / Às Ruas

O primeiro eixo temático incluído no presente dossiê, dedicado à centralidade da discussão sobre "as ruas", busca situar a diversidade de táticas e a inserção do conflito não somente na sociedade como no interior dos grupos. Têm como início uma tentativa de situar os protestos em três países distintos: Turquia, Egito e Brasil, realizada por Devrim Valerian, ainda em Julho de 2013. O autor busca, a partir de uma análise incipiente sobre as semelhanças entre os protestos brasileiros e turcos, junto à Primavera Árabe de 2011, levantar algumas questões sobre a composição e atomização do movimento, a saber: seus disparadores, a composição etária, o fato de não se tratar de um movimento exclusivamente de trabalhadores e a questão da representação. Dessa forma, o texto apresenta dados sobre a composição etária, majoritariamente juvenil, dos protestos, a partir de um panorama mais amplo de insatisfação e desemprego estrutural dos países que experimentaram os protestos. Os elementos detonantes dos eventos também são abordados, evidenciando-se que a construção de um shopping na Praça Taksim, tal qual o aumento da passagem nas grandes cidades brasileiras e a morte de um rapaz na Tunísia, foram apenas o estopim de descontentamentos mais profundos.

A questão da representação, onipresente nos protestos brasileiros desde Junho, com o lema “Não me/nos representam”, também é discutida, a partir do modelo de assembleias e ocupações, ocorridas em todos os contextos discutidos no dossiê. Ecos do *que se vayan todos* argentino de 2001 que demonstram que o hiato existente entre representantes e representados continua sendo um tema mobilizador. Por outro lado, se nos determos sobre o repertórios de ação coletiva em si, vemos como “repertórios clássicos” como a greve se reinventam e confluem com novos padrões de ação, mais mediatizados e enquadrados em múltiplas demandas e composição social variada. É interessante, ademais, perceber que nos casos apresentados por Valerian e nas outras mobilizações desse ciclo de protesto alguns repertórios se repetiram: as ocupações, as assembleias, as manifestações e as greves com dinâmicas específicas em cada local.

Além disso, a sobre-representação do movimento Occupy, ocorrido nos EUA, anos antes, traça um paralelo interessante com os demais, já que a excessiva cobertura midiática dos protestos norte-americanos espelharia uma hegemonia midiática dos protestos neste país (e de sua forma de articulação e expressão), conquanto os demais não teriam disponíveis arsenal midiático de tal amplitude. É verdade que uma insurgência no coração de Wall Street é algo notável, mas não se pode desprezar o efeito “colonizador” da experiência do Occupy no cenário global das resistências.

Dessa forma, os textos seguintes, sobre o debate iniciado por Chris Hedges, acerca da participação dos *Black Blocs* no movimento *Occupy*, evidenciam a relevância da discussão, corrente nos debates brasileiros desde Junho, sobre se tais ações seriam benéficas ou maléficas para os protestos. Com a controvérsia sobre o possível esvaziamento dos protestos a partir da entrada dos manifestantes que utilizam tal técnica, tal qual a diferença entre as diferentes formas de protestar, o autor perfila alguns argumentos contra a técnica. A partir do pressuposto de que os que utilizam tal tática seriam todos anarquistas, Hedges condena a falta de organização dos manifestantes, que obstruiria as demais técnicas de outros grupos presentes com demandas distintas nas manifestações. Além disso, eles gastariam mais energia destruindo monumentos do que propriamente atacando o poder.

As técnicas, entendidas como violentas, justamente por sua utilização de pedras e fogo, seriam primárias, e portanto, iriam contra a organização dos movimentos de esquerda presentes nas manifestações, que não compartilhariam da "insurreição espontânea" dos grupos. Ademais, os/as manifestantes seriam radicalmente contra a organização, tão cara aos demais coletivos e fariam uso de uma hipermasculinidade, que seria facilmente entendida pelo aparato policial como justificativa para o aumento do uso da repressão violenta aos protestos. As táticas dos *Black Blocs*, portanto, deslegitimariam um movimento maior, que busca ganhar corações e mentes da população, além de criarem divisões internas dentro do movimento. Partindo do pressuposto de que anarquistas só representariam a si mesmos, o autor acredita que os participantes do movimento *Occupy* teriam levantado a bandeira da corrupção e decadência do Estado, justamente por sua organização e recusa em responder às ofensivas violentas policiais.

O texto em seguida, de autoria de David Graeber, busca apresentar a visão de um anarquista que participou do movimento *Occupy*, e que, portanto, responde às

críticas realizadas às táticas *Black Blocs*, constatando, logo de início, que não se trata de um movimento organizado, mas de uma forma de manifestação. A partir daí, segue uma explicação sobre as diferenças entre os anarquistas e a tática, afirmando o quão potencialmente perigosas são as afirmações realizadas por Chris Hedgens, já que a violência do aparato repressor do Estado é maior do que as eventuais pedras lançadas em monumentos ou queima de ônibus vazios. Vejam como argumentos similares percorrem os debates no Rio de Janeiro ou em São Paulo, embora o *Black Bloc* no Brasil adquira especificidades devido aos contextos próprios de ação, os tipos de violência presentes no cenário brasileiro, a composição social de seus membros, nossas orientações político-ideológicas, etc.

Ao enunciar os principais preceitos da tática, como o uso de máscaras e roupas pretas, como um sinônimo de autonomia, solidariedade e demonstração para terceiros de que estariam preocupados, caso a situação necessite, de ações de proteção para todos os que desejam participar dos atos de protesto, o autor prossegue em sua análise sobre em que consistiria, de fato, a tática. Essa seria utilizada por diversas correntes ideológicas, ou mesmo anti-ideológicas, mas que se reuniriam, majoritariamente, pelo desejo de confrontar as forças da ordem, caso necessário. Ademais, a tática não seria niilista/primitivista, já que desde seu surgimento, foi utilizada por diferentes grupos, de diversas maneiras, com a proteção dos manifestantes como mote unificador. Em outras palavras, para ele, todas as análises que buscam taxar de primitivistas suas ações, correm o risco de unificá-las – quando são múltiplas – e de serem datadas, já que estariam constantemente se modificando.

A diversidade de táticas adotadas pelos grupos que fazem uso da técnica, diria respeito à não imposição de um código aos manifestantes, ou seja, ao uso de sua própria consciência para escolherem como agir nos protestos. O contraponto às táticas estritamente pacíficas e não-violentas, largamente inspiradas no movimento da não-violência de Gandhi, é debatido, a partir do risco da assimetria do uso da força pelo aparato repressor do Estado contra os manifestantes, enquanto esses estariam dispostos a protestarem sem nenhuma resposta ativa.

É, portanto, flagrante a semelhança entre o debate do uso excessivo da violência policial nos protestos brasileiros desde Junho e o que aponta o autor, que afirma que o contexto norte-americano também sofreria com uma assimetria na cobertura midiática, que minimiza os impactos da violência policial, apesar do uso de brutalidade, tortura e,

até mesmo assassinatos. A intenção ao trazer esse debate no dossiê é evidenciar que o fenômeno Black Bloc não é novo, nem mesmo no Brasil, assim como não são originais os argumentos utilizados desde junho para defendê-los ou acusá-los. Aproveitando o ensejo da contribuição do primeiro texto do dossiê, de autoria do Prof. Breno Bringel, é importante afirmar, para um panorama analítico amplo e reflexivo, que não é produtivo cair na miopia do visível, neste caso construída pela “miopia da violência”. As análises que têm se focado excessivamente (e quase exclusivamente) na questão dos Black Blocs estão invisibilizando um processo maior de mobilização e indignação, assim como estão tendo pouca capacidade de entender como essa tática está imbrincada nesse processo maior.

As Mídias

A questão da comunicação nos protestos que se iniciaram no Brasil em junho de 2013 pode ser vista em no mínimo dois sentidos, ilustrados pelos textos que trazemos nesta seção. O primeiro deles refere-se ao fato de que a pauta da democratização da mídia, reivindicada já há algum tempo pelos movimentos sociais e setores organizados da sociedade, ganhou definitivamente as ruas. O segundo refere-se às possibilidades políticas da comunicação via internet. Em um sentido mais amplo, destas questões decorre a necessidade de integrar análises das mídias e da comunicação às pesquisas sobre movimentos sociais – atentando-se para as reconfigurações no âmbito comunicacional a partir da década de 1990, quando a internet começa a se popularizar.

O texto de Luiz Hernández Navarro sobre as manifestações que ocorreram no México, conhecidas como #Yosoy132, chama a atenção para a centralidade que a pauta da democratização da mídia apresentou nos protestos. Indignados com a distorção da grande imprensa sobre as manifestações de descontentamento durante uma visita de Enrique Peña Nieto na Universidade Iberoamericana, os estudantes universitários realizaram um vídeo que tornou-se viral na internet e chamou a atenção para os danos de um sistema midiático oligopolizado. A pauta da democratização da mídia concretizou-se assim na formação de um grupo para pensar propostas de reformulação do sistema midiático mexicano e na organização de uma ocupação simbólica da sede da Televisa, principal cadeia de televisão do país. No Brasil, algo similar tem acontecido. Na esteira da multiplicação das reivindicações, realizaram-se atos públicos em frente à

sede da Rede Globo e surgiram lemas como “O povo não é bobo, abaixo a Rede Globo” e “A verdade é dura. A Rede Globo apoiou a ditadura”. O Levante Popular da Juventude, um grupo de jovens militantes, realizou no dia 30 de agosto protestos contra a Rede Globo em sete capitais brasileiras. Uma das ações mais simbólicas foi um escracho que consistiu em jogar fezes em frente às sedes da emissora, seguido da publicação de uma carta², onde são listados os motivos da ação – dentre eles o monopólio da informação e o apoio a ditadura de 1964.

Desse modo, embora a democratização da mídia seja uma pauta antiga dos movimentos sociais – como fica claro nos coletivos de rádios livres que já existem há vários anos ao redor do país – ela ganhou as ruas na esteira dos protestos de junho. A questão pode ser entendida dentro de um quadro maior, no qual outros países da América Latina, como Argentina, Bolívia, Venezuela e Equador, estão reformulando as leis que regem o sistema de mídia e favorecem os oligopólios midiáticos. As mobilizações mencionadas no México e no Brasil continuam pressionando nessa direção, embora, ao menos por ora, não parecem haver movimentos no sentido de mudar as regras que privilegiam as grandes corporações midiáticas. De fato, a presidenta Dilma Rousseff, nos pronunciamentos realizados em resposta aos protestos, sequer mencionou a questão.

Por outro lado, o texto sobre o papel da contrainformação nas revoltas de dezembro de 2008 na Grécia, de Metropolitan Sirens, deixa duas perguntas que também podem ser realizadas no caso brasileiro: como os novos meios de comunicação podem contribuir para a difusão das revoltas? Mobilizações desta escala seriam possíveis sem estas novas tecnologias? Para responder estas questões, no caso grego, o autor resgata o histórico da contra informação na Grécia e realiza uma distinção entre as plataformas de mídias sociais corporativas (como o Facebook, Twitter, Youtube, Flickr) e os coletivos de mídia independente (como o Indymedia e o indy.gr). Sirens demonstra ainda a importância e os limites destas duas esferas na circulação de contra informação nos protestos gregos.

Esta distinção nos dirige para uma reflexão necessária sobre as redes de contrainformação brasileiras. O Indymedia, aqui conhecido como Centro de Mídia Independente, por exemplo, não possui a mesma força que o coletivo grego. No caso

² Disponível em <<http://levante.org.br/levante-popular-da-juventude-por-que-jogamos-merda-na-globo/>>. Acesso em 17 de out. 2013.

brasileiro, grande parte das manifestações e da circulação de informações relacionadas à onda de protestos de junho ocorre a través das redes sociais corporativas. Páginas no Facebook, Twitter, Tumblr, Youtube, dentre outras, de grupos criados para cobrir as manifestações, como o BH nas Ruas³, e de outros já existentes como Anonymous e *Black Blocs*, dão notícias do que acontece durante e após os protestos, replicando mensagens de ativistas que estão *in loco*.

Este tipo de cobertura ganhou proeminência e veio a debate público a partir do destaque que o coletivo *Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação* (NINJA) – surgido em 2011 como um braço do Fora do Eixo, rede de coletivos que atuam na área da cultura – alcançou na cobertura das manifestações. A mídia NINJA, utilizando celulares e conexão sem fio, transmite imagens dos protestos ao vivo e sem cortes de edição⁴, mas sua evidência levantou diversas polêmicas quanto ao financiamento da rede, tal qual sua forma de trabalho e envolvimento com o governo federal, portanto, não podendo ser encarado como um coletivo independente, como os demais.

A cobertura de fatos via redes sociais de forma geral e a atuação da mídia NINJA colocaram em discussão o modelo de jornalismo vigente, levantando questões como a dificuldade que a própria grande mídia tem para cobrir protestos fluídos, que se definem no próprio desenrolar dos acontecimentos. As expulsões que os jornalistas das grandes mídias sofreram nos protestos também contribuíram para visibilizar as coberturas alternativas. Impedidos de cobrirem de perto as manifestações, estes veículos tiveram que optar por imagens de helicópteros ou enviar jornalistas com celulares e sem identificação para as ruas.

Por fim, o texto de Sarah Ben Néfissa sobre os protestos em alguns países do mediterrâneo árabe (Egito, Líbano, Marrocos e Tunísia) nos traz uma reflexão mais ampla sobre o papel da mídia para os movimentos sociais. A autora aponta que, no Egito, a multiplicação das mobilizações esteve relacionada à desmonopolização midiática, com a emergência de jornais independentes e privados, de televisões via satélite e da internet. Ela aponta ainda como a mídia internacional é um dos principais recursos de mobilização nos países em que há escassa liberdade de expressão. O texto

³ Autodescrição do BH nas Ruas: “cobertura colaborativa das manifestações populares em Belo Horizonte. A revolução será filmada por você. #bhnasruas”. <https://www.facebook.com/BHnasRuas>

⁴ A mídia NINJA tem sido alvo de várias críticas dirigidas à rede da qual faz parte, o Fora do Eixo, acusada de realizar uma gestão mercadológica da cultura. Sobre a polêmica quanto ao Fora do Eixo e a mídia NINJA ver o texto *Fora do Eixo virou um problema para a mídia Ninja*. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/fora_do_eixo_virou_um_problema_para_a_midia_ninja>. Acesso 24 out. 2013.

nos permite assim refletir sobre o papel da mídia como mediadora dos atuais protestos, facilitando, por exemplo, a adoção de formas de ações e slogans semelhantes em várias partes do mundo, legitimando ou criminalizando ações e grupos, e intermediando a relação entre os próprios ativistas. Ao mesmo tempo, neste papel de mediação, acabam por eliminar ou deslocar a centralidade de outros agentes mediadores (muitos dos quais são duramente criticados por muitos manifestantes, como os partidos políticos e os sindicatos), permitindo uma interação mais pessoal e direta.

Neste sentido, embora os espaços de contrainformação, sejam eles na internet ou não, tenham papel importante em furar o bloqueio da mídia nacional e atingir a comunidade internacional – as corporações midiáticas ainda são um ator de grande peso. No caso do Brasil, por exemplo, foi sintomático que o discurso das grandes mídias tenha se alterado conforme as manifestações foram ganhando proporções gigantescas nas ruas – passando da criminalização das ações para a tentativa de pautar as mobilizações. Ficou claro o quão político pode ser a escolha da terminologia utilizada para descrever as situações. Uma variação - que ainda precisa de uma explicação detalhada - ocorreu entre as palavras: vândalos, baderneiros e mascarados. De acordo com o momento uma delas era usada de forma exaustiva para se referir aos manifestantes adeptos da ação direta, distinguindo assim entre “os bons” e os “maus” manifestantes. Daí a importância crucial de localizar esses veículos de comunicação em massa como atores políticos centrais na disputa pela interpretação das manifestações.

Depois da tormenta...

As mobilizações de junho de 2013 não se esgotam em junho nem tampouco em 2013. Junho foi o estopim que marcou uma inflexão; um antes e um depois no cenário sociopolítico brasileiro e das lutas sociais no país. No ciclo de protestos pelo mundo, este antes e depois foi marcado em alguns casos de maneira muito mais incisiva: com uma data (casos do 15 de maio de 2011 na Espanha ou o 14 de julho de 2011 em Israel). Evento e movimento se fundem e assim surge o 15-M e o 14-J. Embora seja importante distinguir os eventos dos processos, esta fusão entre evento e movimento nos lembra da importância de pensar os eventos para além do eventos. Deste modo, é importante localizar as jornadas de junho para quem e para além deste momento. Por um lado, isso tem sido feito na apreciação de alguns antecedentes e detonantes que permitiram a

emergência das mobilizações no Brasil. Por outro lado, seus desdobramentos futuros são uma questão mais complicada. Muitas análises prospectivas tem tendido a limitar o cenário aberto pelas mobilizações aos possíveis impactos político-eleitorais ou de políticas públicas. Olhar para outras experiências recentes pode contribuir a ampliar nossa análise a tendências associadas à capacidade de sedimentação sociopolítica, à criação de novos coletivos e grupos políticos, à transformação de códigos culturais, entre outros elementos.

Este último eixo do dossiê NETSAL conta com três textos que, com diferentes registros, objetivos e recortes, abordam alguns desdobramentos, impactos e consequências do ciclo recente de protestos iniciado, respectivamente, na Islândia, na Espanha e nos Estados Unidos. Pensam os eventos para além dos acontecimentos e episódios específicos, buscando relaciona-los a processos mais amplos. Também tem em comum fazer uma espécie de balanço das experiências islandesa, espanhola e estadunidense a partir de um distanciamento temporal de ao menos dois anos do início das mobilizações de alta intensidade nesses países. Ainda não podemos fazer este tipo de balanço e inserir um olhar mais distanciado no tempo no caso brasileiro, que ainda vive um momento de importante magnitude das mobilizações em muitas cidades. Contudo, este tipo de análises pode nos ajudar a redimensionar, no momento atual, algumas considerações curto-prazistas bastante em voga no debate público nacional que parecem não entender que os movimentos sociais não se restringem somente às mobilizações e que é preciso captar sentidos e tendências para além do conflito visibilizado.

A partir de 2008, quando a crise financeira tornou-se uma realidade palpável em muitos países do centro do sistema mundial, começou um processo, iniciado por diversos setores sociais, de identificação dos responsáveis da crise. Entidades financeiras, bancos e empresas, foram sendo listadas como grandes “culpáveis”. No entanto, os países e os blocos regionais, longe de penaliza-las, passaram a socializar as perdas, convertendo a dívida privada em pública, com todas as consequências em termos de políticas de ajuste, privatizações e desmantelamento dos serviços sociais. A Islândia foi um dos primeiros países a serem afetados e sua população a primeira, dentro desse ciclo de protestos pós-crise econômica de 2008, a se mobilizar. No caso islandês, os protestos iniciados a finais de 2008 responsabilizaram o governo nacional como cúmplice da situação, propulsaram assembleias e fóruns nacionais que convergiram em

uma Constituinte. Este processo não gerou-se sem contradições e no texto sobre este país incluído no dossiê, o economista islandês Thorvaldur Gylfason, quem teve uma grande atuação no debate público do país e foi delegado da Assembleia Constituinte de 2011, narra muitas delas. Novos cenários e contradições abertas pelos protestos e que marcam um movimento instituinte na vida política que, em muitos casos, se vê tangenciada por um processo constituinte.

Por sua vez, Germán Labrador Méndez faz um balanço do 15-M trazendo alguns elementos interessantes para nossa perspectiva comparativa. Vejamos alguns deles. Em primeiro lugar, a autoconsciência “de se estar fazendo história”. Este é um elemento transversal a boa parte das mobilizações recentes, que pode ser contrastado a partir dos conteúdos de cartazes, por exemplo. Por outro lado, na Espanha o aparecimento do 15-M serviu como contraponto ao bipartidismo rígido e permitiu o surgimento de novos grupos e iniciativas militantes que antes não se conheciam ou simplesmente não dialogavam entre si. Por exemplo, pessoas e redes decidiram fazer ocupações rurais e, baseados na autogestão e na agroecologia, “voltaram” ao campo, dando vida a povoados rurais históricos próximos do desaparecimento pelo êxodo para as cidades. Novos partidos surgem (entre eles, o denominado “Partido Pirata”), alguns despencam e outros ganham força. Em suma, tanto na Espanha como em outras experiências são produzidos realinhamentos políticos que podem ser de ajuda para a reflexão futura sobre o cenário brasileiro.

No caso espanhol, a desocupação da Puerta del Sol e a diminuição na intensidade dos protestos (principalmente as grandes Marchas, bem como as concentrações e manifestações que rodearam várias vezes o Congresso Nacional), mostrou que isso não significou o “fim” do 15-M. As mobilizações respondem a dinâmicas cíclicas e é muito difícil manter processos de mobilização social por um longo período de tempo. Visto em perspectiva comparada, esta consideração é importante para entender, por exemplo, os impactos culturais, sociais e políticos das mobilizações de junho de 2013 no Brasil.

Finalmente, uma nova gramática emerge nas ruas, guiada por códigos culturais e simbólicos de uma geração de jovens que socializam politicamente em um novo contexto. Esta assertiva é válida para o caso brasileiro e para o espanhol, mas também para os ativistas dos Estados Unidos, tal como sugere no último texto do dossiê, Jerome Roos. A rejeição às lideranças formais, a busca de práticas horizontais e a reinvenção

contínua da linguagem da autonomia voltam à cena, de acordo com este autor. Junto com as novas gramáticas há também novas formas de expressividade, muitas delas bastante performáticas e, para alguns, efêmeras. O caráter efêmero ou duradouro dessas experiências é um debate aberto que, por vezes, limita-se pela delimitação rígida de um momento inicial e final das mobilizações. Se, por um lado, o conflito é um elemento constituinte da política; por outro, devemos reconhecer que nem sempre a política opera no conflito aberto. No entanto, são em momentos de abertura e externalização dos conflitos, como os que vivemos atualmente no Brasil e em vários países do mundo, quando abrem-se novos horizontes de possibilidades. Isso quer dizer que é difícil prever o que vem depois da tormenta. Mas, seja o que for (nem sempre a calma), o cenário nunca será o mesmo...

Equipe Dossiê 3

Sentidos e tendências do *levante brasileiro* de 2013⁵

Breno Bringel⁶

Tudo indicava que o ano 2013 seria marcado politicamente pelos balanços sobre os dez anos de governo do Partido dos Trabalhadores (PT) e pelas articulações iniciais rumo às eleições de 2014. No campo da(s) esquerda(s) no Brasil conviviam diagnósticos e prognósticos diversos, que variavam desde a defesa intransigente de uma política comprometida com os setores mais vulneráveis da sociedade à crítica aos limites e contradições do “lulismo”. Nessa segunda linha, muitos intelectuais e atores sociais e políticos apontavam para a necessidade de uma ruptura, um giro à esquerda e inclusive um novo ciclo de lutas de radicalização democrática, conquanto este desejo constituía-se mais em uma expectativa incerta, e de difícil construção a curto prazo, que em um provável horizonte de possibilidades⁷.

De fato, poucos imaginavam que o ano de 2013 passaria à história brasileira como o ano de uma das maiores mobilizações sociais da democracia brasileira. No entanto, *o grau de surpresa não está relacionado somente à temporalidade da emergência dos protestos* (como e porque surgiram nesse momento), *mas principalmente à natureza das ações coletivas emergentes* (seus sentidos, objetivos e formas de articulação). O levante de junho⁸ trouxe não somente diversas vozes, atores e demandas à cena pública nacional, mas também importantes desafios teóricos e políticos. No entanto, a maioria das interpretações recentes – em geral, muito presas nos

⁵ Este texto foi publicado originalmente no n.62 (Julho/Setembro) da *Revista Insight Inteligência*, pp.42-51.

⁶ Professor do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (IESP-UERJ) e coordenador, com José Maurício Domingues, do NETSAL.

⁷ Vide a esse respeito o Dossiê “Conjuntura Política Brasileira”, organizado pelo Núcleo de Estudos de Teoria Social e América Latina do Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (NETSAL, 2013).

⁸ Adoto aqui a noção de *levante* entendida como a irrupção de atores sociais em alçamento coletivo contra os poderes instituídos. Talvez a noção não seja a mais apropriada para explicar o *processo* de mobilização social, mas sim é mais adequada que outras comumente utilizadas para entender o *aparecimento de novos atores na cena pública* brasileira em junho de 2013. Trata-se de uma noção mais precisa que as vagas categorias “eventos” ou “acontecimentos”, que, em última instância podem aludir a qualquer fato dotado de um sentido especial para um grupo social. A inserção do conflito, da agitação social e da sedição são, ao meu ver, elementos fundamentais do levante, embora certas graduações da conflitualidade e nuances das dinâmicas sociopolíticas o distingua, ao menos analiticamente, de outras noções afins, porém distintas, como a revolta, a rebelião, o motim e a insurgência.

embates políticos e na apropriação das manifestações, no curto-prazismo, em certo provincianismo, em visões rígidas da política e na defesa do status quo – não parecem capazes de captar as gramáticas das ações coletivas contemporâneas⁹.

Argumento nesse artigo – apoiado na observação participante, em entrevistas realizadas a diferentes atores envolvidos nos acontecimentos recentes e em algumas contribuições da sociologia dos movimentos sociais – que essa dificuldade interpretativa se deve não somente à complexidade de analisar uma conjuntura política que se move muito rapidamente, mas também à confluência de uma série de “miopias” presentes nos debates públicos:

- a *miopia temporal presente/passado*, que tende a sobredimensionar as lutas atuais, muitas vezes considerando-as como novos “mitos fundacionais”. Se isso acontece em geral com os jovens, gerações que participaram de outras lutas sociais de relevância societária tendem sempre a compará-las, supervalorizando aquelas onde estiveram mais diretamente envolvidos (algo habitual no Brasil com as lutas contra a ditadura). Em ambos os casos, há um problema sério de memória histórica e de transvase intergeracional na militância.
- a *miopia da política*, que restringe a vida política à sua dimensão político-institucional, limitando as possibilidades de compreensão da reinvenção da política e do político a partir das práxis sociais emergentes;
- a *miopia do visível*, que limita as mobilizações contemporâneas a sua face visível (nas praças e nas ruas), sendo incapazes de captar os sentidos das redes submersas, suas identidades e os significados das dimensões invisíveis para um observador externo;
- a *miopia dos resultados* que, como consequência dos pontos anteriores, tende a restringir a interpretação das mobilizações sociais a seus impactos políticos (por exemplo, o cenário eleitoral) e às dimensões “mensuráveis” da ação coletiva.

Desse modo, pretende-se contribuir a um entendimento mais amplo (embora inevitavelmente parcial e provisório) das mobilizações sociais recentes no Brasil, examinando seu contexto inicial e motivações; sua inserção em cenários mais amplos de protestos globais; algumas coordenadas espaço-temporais; os atores e as experiências dos ativistas envolvidos; e algumas tendências de futuro.

⁹ Algumas exceções interessantes, que representam um esforço inicial de interpretação mais abrangente, são os livros recém publicados de Nobre (2013) e Harvey, Maricato et al. (2013).

Os madrugadores e o transbordamento societário

As mobilizações sociais são termômetros da sociedade. Revelam tensões, contradições e horizontes de possibilidade de ruptura do sistema dominante. No momento de eclosão de protestos e mobilizações de massa, como as ocorridas em junho de 2013 no Brasil, nem sempre os sentidos da ação coletiva estão cristalizados em pautas definidas ou agendas e demandas bem estruturadas. Trata-se, ao contrário, de um período instituinte, de adaptações e reconfigurações de práticas sociais e formas de canalização do descontentamento individual e coletivo. Por isso, qualquer interpretação conclusiva ou de causalidade simples sobre os acontecimentos recentes no Brasil está fardada ao fracasso.

A sociologia dos movimentos sociais tem buscado, nas últimas décadas, articular respostas multidimensionais ao como, quando e por que surgem os movimentos sociais. Alguns de seus achados são relevantes para problematizar a emergência e os possíveis desdobramentos de novos ciclos de protestos. McAdam (1995), por exemplo, chama a atenção para a importância de distinguir analiticamente entre os “movimentos iniciadores” e os “movimentos derivados”. Os primeiros seriam os responsáveis de identificar brechas, realizar enquadramentos provisórios, agitar e encorajar a mobilização social e, quando bem sucedidos (através de diversos fatores e processos que incluem o contágio e a capacidade de difusão, entre outros), passariam a acompanhar-se dos segundos, “intérpretes criativos” do cenário aberto.

Haveria assim *movimentos madrugadores* que acendem a chama da mobilização social. No caso brasileiro, há certo consenso que um dos principais atores iniciadores foi o Movimento Passe Livre (MPL), movimento social autônomo que, através da reivindicação do passe-livre estudantil, abriu um campo de conflito e de debate mais amplo sobre o transporte coletivo urbano. No entanto, não cabe ignorar o papel jogado por outros coletivos (e indivíduos) que, sem estar organizados na “forma movimento”, também tiveram um papel central na mobilização inicial e, principalmente, na difusão dos protestos. Trata-se de uma dinâmica relacional e contingente e os movimentos iniciadores, nesse caso, paradoxalmente, muito se beneficiaram da repressão dos protestos, além da rapidez na conectividade facilitada pelas “novas mídias”. Nas primeiras mobilizações prévias à repressão, nota-se também que a cobertura dos meios convencionais foi praticamente nula e que o perfil dos participantes era de militantes com algum engajamento prévio em mobilizações sociais.

Um ponto central aqui é que, ao contrário do previsto pelas teorias dos movimentos sociais, os *movimentos derivados* aproveitaram-se, no Brasil, dos espaços abertos pelas mobilizações iniciais, sem, contudo, manter laços fortes, enquadramentos sociopolíticos, formas organizativas, referências ideológicas e repertórios de mobilização que os una ao MPL e/ou a outros iniciadores. Esta aparente desconexão relaciona-se a um fenômeno que gostaria de denominar como *transbordamento societário*, ou seja, quando na difusão de setores mais mobilizados e organizados a setores menos mobilizados e organizados, os grupos iniciadores acabam absolutamente ultrapassados.

Os protestos abrangem, nesse caso, um espectro mais amplo da sociedade e não somente os movimentos sociais e redes de mobilização. Uma militante do movimento de ocupações urbanas de Madri que participou posteriormente do 15-M (também definido por alguns como “movimento dos indignados”), em entrevista recente sobre os movimentos sociais na Espanha, revela um ponto interessante que pode contribuir ao entendimento do caso brasileiro:

éramos um grupo pequeno de redes, coletivos e movimentos sociais (...) levávamos desde o ano 2008 lutando contra os culpáveis da crise financeira, mas não nos escutavam (...) éramos conscientes de que precisávamos levar o movimento aos bairros; ao resto da sociedade (...) no entanto, quando isso aconteceu com o 15-M já não nos reconhecíamos dentro desse movimento e tivemos uma dificuldade enorme em transmitir nossa luta previa (ativista, Madri, 36 anos).

Mobilizações de massa nem sempre são controladas pelas organizações sociais e políticas e menos em nossos tempos onde emerge um novo tipo de ação política viral, rizomática e difusa. Este é um grande desafio teórico e político, pois exige adaptar e renovar nossas formas de luta e de interpretação das ações coletivas diante de atuações mais invisíveis, com maior protagonismo da agência individual, da configuração de novos atores, de militâncias múltiplas e organizações mais descentradas (conquanto não espontâneas) e de repertórios mais mediáticos e performáticos. Somente assim será possível captar os sentidos da indignação social contemporânea.

Geopolítica da indignação global

A indignação não é um movimento social. É um estado de ânimo. E, como tal,

pode se expressar de maneiras muito diversas. No Sul da Europa, por exemplo, o sentimento da indignação social nos últimos dois anos teve fontes múltiplas, porém um dois principais fios condutores foi a rejeição a pagar as consequências diretas da crise, que deveriam ser assumidas pelos seus principais responsáveis. Banqueiros e especuladores tornaram-se assim alvos centrais das mobilizações sociais. Nos Estados Unidos, “occupiers” dirigiram em geral suas reivindicações a esses mesmos atores, sob o argumento indignado de que o 1%, totalmente distanciado dos anseios da população, não pode decidir o futuro do 99%.

No Brasil hoje a indignação ainda é extremamente difusa e, por vezes, polarizada. Sentimentos, argumentos e sentidos diversos e contraditórios coexistem nas ruas, atos, espaços de convergência e manifestações. Alguns expressam seu descontentamento com o funcionamento do transporte público e dos serviços públicos de forma mais geral (principalmente educação e saúde); outros apelam aos altíssimos custos (não somente econômicos, mas também sociais, ambientais, culturais e políticos) da Copa e dos megaeventos a serem realizados no país, com destaque para o Rio de Janeiro; jovens de classe média-baixa e das periferias indignam-se pela persistência profunda das desigualdades e revelam uma indignação de classe e de opressão permeada pelas fraturas, as segmentações e o classismo e racismo da sociedade brasileira; também há aqueles que insistem na indignação diante de questões mais específicas e setoriais, conquanto não menos importantes, como foi o caso da PEC37, a criminalização do aborto, o projeto de lei aprovado para tramitação pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara para a denominada “cura gay”, etc.

O maior contingente de população, em geral jovens¹⁰, que participou das mobilizações sociais nos últimos meses ainda tem um sentido da indignação pouco coeso politicamente, já que para a grande maioria este foi seu “batismo político”. Em outras palavras: a indignação, a ira, a raiva e o ódio ainda não se cristalizaram em uma ação e concepção política estruturada. Não há espaço para uma discussão sobre isso aqui, mas é importante analisar com maior profundidade os processos de socialização desses jovens, tanto aqueles que tinham uma militância previa como aqueles que começaram a se engajar agora. A maioria deles não tem lembranças dos “cara-pintadas”;

¹⁰ A despeito de suas diferenças e objetivos específicos, estudos recentes do Datafolha, do IBOPE e do Instituto Data Popular convergem em que a maioria dos participantes nas manifestações dos últimos meses são jovens.

alguns começaram a se envolver com o lema do Fórum Social Mundial de um “outro mundo possível”; muitos se aproximaram à militância a través dos movimentos estudantis, hoje bastante reconfigurados e críticos com a centralização, partidarização e hierarquização das lutas estudantis das últimas duas décadas (Bringel, 2009).

Assim como boa parte da onda de indignação global que tem viajado por diversos países do mundo nos últimos anos, associam sua insatisfação a uma rejeição aos sistemas políticos, aos partidos tradicionais e às formas convencionais de organização política (incluindo inclusive certos movimentos sociais e sindicais hierarquizados e ligados ao aparelho estatal). Querem participar da vida política, mas não encontram canais adequados. Para muitos deles, conselhos, fóruns e espaços institucionalizados não são suficientes e mostraram seus limites nos últimos anos. Antes de criticar os jovens por isso, deveríamos nos perguntar o que (e por que) não funciona. E aproveitar a oportunidade de ruptura da apatia e queda do muro de silêncio para a conquista de direitos e avanços na transformação social.

As espacialidades das contestações sociais e as especificidades do caso brasileiro

É importante situar os protestos recentes no Brasil dentro desse contexto mais amplo de “indignação global” onde compartilham-se símbolos e enquadramentos globais e demandas como a democracia, a justiça social e a dignidade (Pleyers e Glasius, 2013). No entanto, o caso brasileiro assume especificidades que devem ser cuidadosamente analisadas. Por exemplo, enquanto na Europa e nos Estados Unidos a indignação recente esteve relacionada a um “repertório reativo” (Tilly, 1978) de ações coletivas – defesa de direitos conquistados historicamente –, aqui estamos diante de um “repertório proativo” – reivindicação de novos direitos (ou simplesmente execução de direitos já reconhecidos, como muitos dos contemplados na Constituição de 1988).

Algumas dessas especificidades podem ser melhor compreendidas a partir de uma análise sócio-espacial. Discorrerei brevemente sobre as *espacialidades da contestação social* em, ao menos, três dimensões. Em primeiro lugar, ao contrário de alguns dos processos vividos na Europa, na África ou nos Estados Unidos no pós-2011 – onde construíram-se iniciativas e espaços de convergência transnacionais – e, a despeito das solidariedades em vários lugares do planeta (sobretudo, inicialmente, de brasileiros vivem fora do país), não há uma difusão permanente e sistemática dos protestos, enquadramentos, e repertórios de ação com outros lugares fora do Brasil. Em

outras palavras: a internalização, no Brasil, de experiências internacionais de mobilizações similares deve-se mais a uma tradução individual e pontual de ativistas que conectam de forma efêmera realidades, que a um intercâmbio constante e dialógico, típico do “internacionalismo movimentista” contemporâneo (Bringel, no prelo). Isso é importante, pois reflete uma circulação de ideias, slogans e imaginários, porém, um escasso aprendizado compartilhado de experiências de lutas sociais recentes que muito poderiam contribuir para o entendimento de alguns desafios atuais das lutas sociais no Brasil.

Em segundo lugar, diferentemente das demais contestações da indignação contemporânea que articulam dinâmicas escalares complexas, ligando o local ao global (com importância forte do regional em alguns protestos no Norte da África e na Europa), em nossas mobilizações, a escala nacional serviu como um dispositivo de bloqueio político e metodológico. Bloqueio político, pois, por um lado, permitiu avivar algumas posições nacionalistas de direita; e, por outro, impediu imaginar e criar alternativas políticas para além dos marcos discursivos nacionais (hoje impregnados pela retórica neo-desenvolvimentista) e do Estado-nação, inclusive dentro de grupos com tendências mais autônomas e libertárias. Critica-se o Estado, mas quase sempre mobilizando uma “utopia nacional” por um Brasil melhor, um outro Brasil, etc. Bloqueio metodológico, pois continua imperando nas análises das mobilizações uma naturalização do Estado-nação como unidade analítica. Visto como algo “dado”, dificulta-se a compreensão das forças transnacionais que o perpassam e influem na configuração hegemônica da economia e da política “brasileira”.

Isso não significa negar a importância dos símbolos nacionais e do próprio Estado-nação, mas justamente o contrário: ressaltar a importância de reinterpretar seu papel como “ator dual e contraditório” para os movimentos sociais (por um lado, “interlocutor” em seu papel democratizante; por outro lado, “inimigo” em seu papel de controle social e repressão) em um mundo marcado por pujantes forças transnacionais e pela complexidade sócio-espacial. Em suma, nos protestos recentes, a *escala de ação* principal foi a nacional e se produziu uma *escala de significação* também nacional, mas que mobilizou referências, práticas e símbolos para quem e além do nacional. Como bem sabemos pelas experiências latino-americanas e de outros países periféricos, a nação pode ser mobilizada em um sentido progressista, revolucionário e anti-imperialista (como é o caso dos nacionalismos revolucionários de muitos países da

região), mas este não é o caso no Brasil do capital-imperialismo (Fontes, 2010).

Em terceiro lugar, os lugares importam. Cada manifestação, em qualquer capital ou pequena cidade brasileira, se revestiu de demandas particulares e de críticas específicas à política local e regional, unidas às diversas culturas políticas. Isso é importante para a composição de um mapa mais diverso sobre as mobilizações recentes no Brasil. Além do mais, essas especificidades locais revelam também tendências diferentes no perfil das reivindicações e na composição social dos manifestantes. Isso leva a que, por exemplo, certos grupos que não estavam presentes em São Paulo ou em Ribeirão Preto atuassem no Rio ou em São Gonçalo e vice-versa; mas também a que as correlações de forças variem de acordo com os lugares. Apesar disso, esse acento nos lugares não pode levar a um provincianismo nem a um localismo interpretativo. Por um lado, é importante captar os impactos diferenciados das mobilizações em cidades com maior capacidade de influir na delimitação de cenários e na relação de forças (casos, por exemplo de Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília). Um exemplo disso é que apesar de que os protestos pelo passe livre, a redução das tarifas e o transporte público aconteceram desde o início de 2013 em diversas cidades brasileiras, o levante de junho teve como estopim os acontecimentos de São Paulo. Por outro lado, apesar de um grau cada vez maior de localização, as ações coletivas contemporâneas dificilmente são localistas, tecendo sempre uma articulação entre escalas, construídas socialmente pelos atores (Bringel, 2011).

Ecos de 68, “novos movimentos” e ciclos de ação coletiva no Brasil

Analisada a dimensão espacial dos protestos, é importante também localizar sociologicamente alguns referenciais temporais. Em um cenário global de médio prazo, para muitos o espírito de 1968 ecoa nas mobilizações sociais recentes no Brasil. De fato, uma interpretação possível é que estamos diante de uma nova inflexão das rupturas trazidas com os denominados “novos movimentos sociais” dos anos 1970 e 1980. Isso deve-se não à alusão ao caráter massivo dos protestos desse período (não foram poucos os intelectuais e jornalistas que compararam o caráter de massa das mobilizações recentes às Diretas Já, por exemplo), mas sim aos valores, concepções da política, formas de organização e de ação coletiva.

Os “novos movimentos sociais”, de caráter popular, atuantes na luta contra a ditadura e no período da redemocratização encarnaram não somente uma ação política

de mudança social, mas também uma proposta mais ampla de forma de vida e de ação. Incidiram tanto no campo da política como nos códigos culturais e simbólicos. Criticaram a centralização, a hierarquização e as perspectivas de mudança social da “velha esquerda”, defendendo a autonomia, a organização horizontal e reticular, a pluralidade de identidades associadas à política do cotidiano e a importância de uma mudança social que contemple a transformação do próprio indivíduo.

O contexto social, político e econômico das últimas mobilizações de massa no Brasil é totalmente diferente ao atual e não podemos, *ceteris paribus*, isolar os contextos históricos nem traçar paralelos precipitados. No entanto, sem cair novamente na sedução da “novidade”, é possível tecer algumas considerações sobre os diferentes ciclos de ação coletiva no Brasil pós-ditatorial, extraíndo algumas continuidades e rupturas. Em termos gerais, pode-se falar de dois grandes ciclos de ação coletiva que representam padrões diferenciados de relações entre Estado e sociedade, cada um deles com uma duração de aproximadamente vinte anos: o primeiro emerge na década de 1970 e tem como inflexões importantes a alta intensificação do conflito de finais dos setenta, a queda dos militares e as Diretas Já, concluindo com o impeachment de Collor de Mello. O segundo ciclo emerge no início dos anos 1990, com novos atores e perspectivas de atuação. Enquanto o primeiro tende ao conflito, à ação coletiva menos institucionalizada e à autonomia e crítica ao Estado, o segundo tende mais à cooperação, à ação mais institucionalizada a uma maior aproximação entre movimentos sociais e Estado.

Se no primeiro ciclo os movimentos sociais olharam mais para baixo, construindo, a partir do “basismo”, um consistente trabalho pedagógico, mobilizador e formativo com o protagonismo de pastorais, comunidades eclesiais de base e alguns partidos e sindicatos; no segundo ciclo os movimentos sociais, bem como outros atores como as ONG, olharam, em geral, mais para cima (demandando ao Estado políticas públicas e direitos, por exemplo) e para os lados (através de construções de redes e de articulações sociais).

Poder-se-ia inclusive falar de subciclos mais específicos dentro desses ciclos¹¹, mas o que me interessa ressaltar aqui é que as relações entre Estado e sociedade (e, em particular, a sociedade civil) remetem a diferentes coordenadas espaço-temporais. Nas

¹¹ Aprofundo na discussão dos ciclos de ação coletiva no Brasil nas últimas décadas em Bringel (2013).

últimas duas décadas muitos autores diagnosticaram de forma precipitada a cooptação, o refluxo, a desmobilização e inclusive o “fim” dos movimentos sociais no Brasil. No entanto, poucos souberam analisar, de maneira multidimensional e relacional, as rearticulações das práxis sociais. Se neste último ciclo os movimentos sociais brasileiros olharam muito mais para o Estado que para a sociedade, algo similar ocorreu com a maioria de seus intérpretes, com notáveis exceções como as contribuições de Gohn (2010) e Scherer-Warren (2012).

Ainda é cedo para avaliar se as mobilizações recentes representarão o surgimento de novos sujeitos políticos e o esgotamento das relações cooperativas entre o Estado e movimentos sociais. Também é precipitado predizer qual será o padrão, certamente complexo, de relação emergente. Isto porque, ao contrário do que afirmam aqueles que já preveem certo apaziguamento social devido à diminuição da intensidade dos protestos, este novo ciclo que se abre somente começou. Aqui também podemos extrair uma lição da sociologia dos movimentos sociais: *as mobilizações sociais e os ciclos de ações coletivas tendem a ser pendulares* (Tarrow, 1998). Vão e vêm, alternando picos de maiores e menores intensidades, momentos de visibilidade e invisibilidade. O fim das mobilizações de massa nas ruas não implica o fim de um cenário conflituoso e de novos desdobramentos políticos importantes. Ao contrário: supõe normalmente uma nova etapa. Em nosso caso, um momento onde as mobilizações podem gerar novas convergências dentro de polos críticos da esquerda; uma necessária autocrítica de muitos grupos sociais progressistas; uma tematização e maior “especialização” das reivindicações, sem que por isso se convertam necessariamente em demandas corporativas; uma maior politização da população e de alguns grupos que, paradoxalmente, se definiam inicialmente como “apolíticos”.

Por fim, outra lição da sociologia dos movimentos sociais para o atual levante brasileiro é evitar o que Melucci (1989) denominava a *miopia do visível*, isto é, a tendência a observar somente a parte visível das ações coletivas. Torna-se, desse modo, central introduzir as redes submersas e as concepções emergentes de ativismo, dando vozes aos próprios militantes e a suas experiências recentes.

Redes submersas, a reconstrução do tecido social e a busca do político

O Brasil tem sido nos últimos anos um importante exemplo, em todo o mundo, de “laboratório democrático” que se expressou em espaços diversos de participação e

deliberação da sociedade. Conselhos e fóruns recebem homenagens e experiências como o orçamento participativo são exportadas a outras cidades e países do mundo como uma “boa prática”. No entanto, a irradiação do discurso e das práticas participativas esteve ancorado em um “alargamento restringido” da democracia e em padrões diferenciados de atuação do Estado perante os atores sociais: por um lado, com os atores mais afins ao seu campo político teceram-se articulações, abriram-se espaços institucionais (alguns supostamente abertos a todos, mas com crivos e filtros sutis, simbólicos e informais) e a participação converteu-se quase em um fim em si mesma; por outro lado, com os atores mais rupturistas ou simplesmente “esquecidos” a lógica tendeu a ser de maior criminalização, violência e/ou de ausência.

A participação social existe, mas é canalizada fundamentalmente através de mecanismos e espaços institucionais, levando, como já mencionamos, a que os atores sociais se preocupem em incidir muito mais na política que na sociedade. O trabalho de base existente no ciclo prévio dos anos setenta e oitenta foi se perdendo e isso gerou um déficit importante para a esquerda brasileira em sua disputa por um tecido social hoje cada vez mais pulverizado e fragmentado. Cresceu a influência da igreja evangélica e de tendências resignantes e individualistas, bem como a ideologia do consumismo, ao mesmo tempo em que novos mecanismos de dominação social e de controle político forma sendo gerados na confluência da ação do Estado e de outros atores econômicos, religiosos, sociais e políticos.

O levante de junho e as subsequentes redes submersas que hoje estão sendo construídas em todo o Brasil retomam uma matriz mais libertária e autônoma, polêmica e complexa para o conjunto da esquerda brasileira, e podem ser entendidas como uma crítica à organização “desde cima” da sociedade civil. Se a “volta do Estado” na mudança de século foi bem vista por muitos movimentos sociais por sua capacidade de contra-arrestar, ao menos parcialmente, o livre arbítrio do mercado, não podemos dizer o mesmo no que se refere à sua capacidade de controlar e moldar os atores e sujeitos sociais.

O *retorno do conflito* às ruas (seja ele expressado de forma violenta, como é característico no “Black Block”; seja utilizando novas formas de expressividade e de canalização da indignação e do descontentamento social) é uma característica importante deste novo ciclo. Outros elementos distintivos são a busca da reconstrução do tecido social e da (eterna) reinvenção da política através do político (Calle, 2013).

Justamente por isso seria injusto julgar os acontecimentos recentes pensando exclusivamente em seus possíveis resultados. De fato, como mencionam muitos ativistas, é importante entender o *processo*. Tal como me relatou um jovem carioca que saiu por primeira vez às ruas em junho de 2013 e que se integrou posteriormente a diversas redes e iniciativas, incluindo uma ocupação:

sempre fui inquieto, mas nunca tinha participado de política. Minha primeira manifestação foi no dia 17 de junho na Rio Branco. Antes disso, nem sabia bem quem era o MPL e fui à manifestação por que vários amigos iam e por que, no fundo, você sabe como é (...) estava de saco cheio de tanta hipocrisia (...) dos políticos, dos partidos (...) no começo dizia mesmo que era contra a política; que era apolítico. Mas aí fui participando de debates, de outras manifestações e me convenci de que não era apolítico, mas simplesmente estava contra essa política aí (...) no fundo também fazemos política, mas não é essa grande política (Rafael, 22 anos, Rio de Janeiro).

A fala deste jovem ilustra vários elementos interessantes. Em primeiro lugar, expressa que podem haver possibilidades de confluência, ao longo do tempo, entre os “movimentos madrugadores” e os “movimentos derivados”, mesmo que inicialmente as distâncias pareçam abismais. Em segundo lugar, ilustra a busca pela reinvenção da política entendida, assim como a democracia, não como algo cristalizado, mas sim como uma criação social (Bringel e Echart, 2008). Em terceiro lugar, enfatiza o caráter formativo e pedagógico das mobilizações sociais. As lutas sociais são parte do processo de politização, de geração de identidades, de recriações de práxis e horizontes utópicos. Este ponto é bem explicado por uma jovem militante feminista que leva quase dez anos de atuação política:

ainda pesa muito o marxismo na esquerda brasileira, mas novos referentes estão sendo criados. Acho que vivemos um momento super interessante de tensões, mas também de possibilidades de rearticulação da esquerda. No primeiro momento ficamos absolutamente perplexos com o discurso da des-ideologização, por exemplo. Mas aos poucos vamos construindo juntos novos caminhos e frentes de luta. É um caminho longo, um processo complicado (...) temos que renunciar aos nossos dogmas e entender o que as pessoas estão pensando (Márcia, 26 anos).

Convergem nas ruas brasileiras hoje diversos padrões e repertórios de ação coletiva, identidades e militâncias múltiplas. Novas práticas se articulam no interior de movimentos já existentes com a incorporação de novas formas de organização e comunicação (Gohn e Bringel, 2012: 12). Ao mesmo tempo, surgem novas motivações, articulações e atitudes que, conquanto não se organizem em movimentos, expressam uma ativação da cidadania e uma repolitização do social. Nesse processo, uma das questões-chave enfrentadas pelos atores sociais e políticos que lutam pela emancipação e pela justiça social continua a ser a seguinte: como canalizar a indignação em movimento social transformador? A resposta não é fácil, dado a multiplicidade de perspectivas, significados e possibilidades abertas pelas movimentações recentes. O que talvez sim tenha ficado claro, ao reintroduzir a conflitualidade na cena política, são os limites de uma política de “conciliação nacional” a partir da qual o governo, através de amplas coalizões, busca agradar a forças e atores antagônicos em uma sociedade marcadamente desigual.

Referências

- BRINGEL, Breno. 2009. “O futuro anterior: continuidades e rupturas nos movimentos estudantis do Brasil”. *Eccos Revista Científica*, São Paulo, v.11, n.1, p.97-121.
- BRINGEL, Breno. 2011. “El estudio de los movimientos sociales en América Latina: reflexiones sobre el debate postcolonial y las nuevas geografías del activismo transnacional”. In: Yamandú Acosta et al. (Eds.) *Pensamiento Crítico y Sujetos Colectivos en América Latina*. Montevideu: Ediciones Trilce, p.35-55.
- BRINGEL, Breno. 2013. “MST’s agenda of emancipation: interfaces of national politics and global contestation”. In: Jan Nederveen Pieterse and Adalberto Cardoso (Eds.) *Brazil emerging: inequality and emancipation*. Londres: Routledge, p.97-120.
- BRINGEL, Breno. No prelo. *O MST e o internacionalismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Eduerj.
- BRINGEL, Breno; ECHART, Enara. 2008. “Movimentos sociais e democracia: os dois lados das fronteiras”. *Caderno CRH*, v.21, n.54, p.457-475.
- CALLE, Angel. 2013. *La transición inaplazable. Salir de las crisis desde los nuevos sujetos políticos*. Barcelona: Icaria.
- FONTES, Virginia. 2010. *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/EPSJV.
- GOHN, Maria da Glória. 2010. *Movimentos sociais e redes de mobilizações no Brasil contemporâneo*. Petrópolis: Vozes.
- GOHN, Maria da Glória; BRINGEL, Breno (Orgs.). 2012. *Movimentos sociais na era global*. Petrópolis: Vozes.

HARVEY, David; MARICATO, Ermínia et al. 2013. *Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo.

McADAM, Doug. 1995. “‘Initiator’ and ‘spin-off’ movements: diffusion processes in protest cycles”. In: Mark Traugott (Ed.) *Repertoires and cycles of collective action*. Durham: Duke University Press, p.217-240.

MELUCCI, Alberto. 1989. *Nomads of the Present: Social Movements and Individual Needs in Contemporary Society*. Philadelphia: Temple University Press.

NETSAL (Núcleo de Estudos de Teoria Social e América Latina). 2013. *Conjuntura Política Brasileira: do país do futuro ao futuro do país*. Dossiê Temático. Rio de Janeiro: NETSAL/IESP-UERJ.

NOBRE, Marcus. 2013. *Choque de democracia. Razões da revolta*. São Paulo: Companhia das Letras.

PLEYERS, Geoffrey; GLASIUS, Marlies. 2013. “The global moment of 2011: democracy, social justice and dignity”. *Development and Change*, 44(3), p.547-567.

SCHERER-WARREN, Ilse. 2012. *Redes emancipatórias. Nas lutas contra a exclusão e por direitos humanos*. Curitiba: Appris.

TARROW, Sidney. 1998. *Power in movement. Collective action, social movements and politics*. Cambridge: Cambridge University Press.

TILLY, Charles. 1978. *From mobilization to revolution*. Massachusetts: Addison-Wesley.

Parte I – As ruas; Às ruas

1. Street protests and class power: reflections on current events in Turkey, Egypt, and Brazil and the aftermath of the Arab Spring

Autor: D.Valerian

Data: 6/7/2013

Fonte: <http://www.leftcom.org/en/articles/2013-07-09/street-protests-and-class-power-reflections-on-current-events-in-turkey-egypt>

The ongoing events that set fire to Turkey from the end of May, the mass demonstrations in Brazil during the Confederations Cup, and the current events in Egypt with Tahrir Square once again full of demonstrators calling for the overthrow of the President, show very clearly that we still live in a world dominated by the events that were unleashed by a young man burning himself to death in Tunisia on 17th December 2010, which have become widely known as the 'Arab Spring'.

At the end of May, demonstrations against the development of a shopping centre and the demolition of a park in the centre of Istanbul exploded into a movement which brought millions of people into the streets in 79 of Turkey's 81 provinces. Then, while the world's eyes were turned towards the football tournament in Brazil demonstrations against public transport fare rises in São Paulo quickly spread across the country capturing the front pages and pushing the football to the sidelines. In Egypt demonstrations successfully demanding the removal of President Mohammed Morsi occurred across the country apparently bring even larger numbers of people into the streets than those of two years ago. In addition, though less well reported in the media, Indonesia has been rocked by demonstrations against a 44% increase in petrol prices.

Obviously this is a movement, if indeed it can be called a 'movement' that has gone far beyond any specifically Arab roots, and has also, at least on a superficial level, gone beyond protests against 'dictators' and for 'democracy' if only in that the countries currently affected are all democracies. What then, overriding all of the local detail, can be said to characterise these movements.

Demographics of Demonstrations

The most striking thing about this movement is how it is primarily of young people. The anarchist media may show pictures of a grandmother firing a catapult at the police in Taksim but such exceptions are merely proof of the rule. Of course, it is no surprise that young people make up the shock troops of any social struggle. What is more interesting is that these struggles are taking place in countries with an overwhelmingly young demographic. In Turkey, for example, 43.3% of the population are 24 or under. The comparative figures for Egypt, Brazil, and Indonesia are 40.7%, 41.5%, and 44.1% respectively. When you compare these figures with the statistics for countries in the 'West', the difference is very stark. The same figures for Germany, the UK, the US, and Japan are 24.1%, 30.3%, 33.8%, and 23.3%.

The countries where these events are taking place not only experience the global trends that are effecting young people across the whole world but also these trends are amplified by the much larger proportion of young people within the population. The expansion of university education is a worldwide phenomenon. In Turkey for example the number of university graduates has increased by 5% every year since 1995. As in Western countries there are an increasing number of graduates coming out of university and finding that compared to their parents generation their qualifications have much less chance of leading them into a job. This of course has been made even worse by the effects of the latest outbreak of the international economic crisis since 2008. According to the left-wing trade union DİSK unemployment is running at 17%. Obviously this affects not just university students, but also all young people who are caught up in the same dynamic of studying, exams, and cramming schools. It is the overwhelming mass of young people caught up in an education system which fails to fulfil any of its promises in terms of being able to offer people a future 'other than low paid and precarious jobs that is the social dynamic which is powering these sort of movements'.

Class Composition

The fact that the protesters are on the whole young is, though, hardly surprising. What is more important is to understand the class nature of these movements. Various different analysis have outlined how they see these movements according to their own ideological slant. This has ranged in Turkey from Erdoğan's supporters who would

typify the movement as one of elites protesting against a government democratically elected by the countries poor, to the Turkish left, for some of whom, this is a completely proletarian movement. What is undoubtedly true is that many of the people who make up these sorts of movements come from the working class. That is unsurprising though. The majority of urban dwellers in these countries are working class, and no effective political movement, be it communist, fascist, religious, or nationalist, can exist if it doesn't get support from the working class. Certainly the composition of the pro-government rallies organised by Tayyip Erdoğan's AKP has also been working class, indeed one could even make an argument that they were even more so.

The question that needs to be asked before even trying to determine the class nature of these movements is what determines the class nature of a movement in general. The sociological composition of a movement alone is not enough to judge its nature. Workers can be mobilised behind completely reactionary movements, nor are the methods of the working class sufficient to make a judgement, as is shown by the Powell strikes in the UK in the 60s and the Ulster Workers' Council in 1974. Equally important are the aims, demands, and direction of a movement. In making this sort of judgement on a movement all of these factors need to be taken into consideration.

When looking at these considerations then how can we evaluate these movements. Certainly a certain section of the working class is predominant in them. As previously stated though, this is to be expected in any movement. The methods used, massive demonstrations, assemblies, and even some strikes are consistent with the methods of the working class. There is, though, a striking lack of activity in the workplace, which is a crucial part of any working class movement. Even in Turkey where there seems to have been the highest number of strikes, involving around half a million workers, the majority of unionised workers were not involved in strikes. As for the demands and aims of the movements, they have been a mixed bag. Certainly there have been demands relating to working class living standards such as those against public transport fare increases in Brazil, and opposition to state repression of demonstrators, but equally so there have been non-class demands such as those from the demonstrators in Egypt who were calling on the army to intervene and make a coup. If the Turkish army hadn't suffered a historic defeat over the last decade at the hands of the AKP government, it wouldn't have been a surprise to have heard some sections of the demonstrators raising similar demands there.

When trying to draw up a balance sheet of these movements, with their lack of activity at the point of production, mixed demands, and composition not made upon a class basis, but more on a demographic basis of the young, it is clear that they are cross-class movements. More to the point though, they are real mass movements, not small cross-class campaigns. Within these movements there are workers fighting for their own class demands. This was very evident in Egypt in 2011, when it was almost as if the strike wave in the factories was taking advantage of the 'Tahrir Square movement' to press its own interests. Equally so within these movements there are also workers on demonstrations backing all sorts of bourgeois demands.

It is important to understand what this means though. Just because a movement is a cross-class movement it doesn't mean that communist organisations should dismiss it and stand back highhandedly refusing to have anything to do with it. Of course communist organisations have a duty to be involved in these sort of movements, always working to encourage class autonomy and independence. Conversely, it is also important not to get carried away seeing some sort of pure proletarian movement, or pulled behind various bourgeois factions. These two things are closely interlinked as if you can't recognise and understand what sort of movement it is, and what tendencies are operating within it, it is possible to end up putting forth all sorts of nonsense.

'Occupy' and Assemblies

One thing that is quite clear is that while the movements of this summer are in continuity with the 'Arab Spring', and the 'Green movement' in Iran, the 'Occupy' movement has very little in common with these events, and was at most a very pale reflection of the events of the 'Arab Spring'. The most obvious level that this can be seen on is that while these movements are shaking societies, bringing in all sectors of the population, rocking governments (and in cases causing them to be toppled), and are genuinely massive movements, the Occupy movement essentially never went beyond a movement of activists. That it received the amount of media attention that it did, both in the mainstream and left press, is as much to do with it taking place in America, which is both the focus of the world's media, and a country where the working class is very weak, and where the level of struggle is extremely low. The US is obviously an important country, and communists can't ignore it. Nevertheless, understanding is, as ever, important. The amount of coverage given to these events by an American

dominated world media, and the excitement felt by the American left after years of struggles being scarce are not sufficient data to judge the size of this movement. Of course 'Occupy' and even more so the events in Wisconsin are important, but their importance lies in the fact that they show the potential start of a resurgence in America, however small at the moment, and not in the events themselves.

One of the features of the 'Occupy' movement that has been trumpeted by many on the left has been its use of assemblies to 'run' the movement. These types of assemblies have also been seen in various countries in the 'Arab Spring', and in Turkey, and Brazil today. Many on the left seem to be eulogising these movements as if they are some sort of proto-Soviets. They are not.

The most important difference between these assemblies, and mass meetings held by workers is, who they represent. The mass meeting in a workplace clearly represents the people who work there. These assemblies aren't based upon workplaces. More often than not, although there have been some of them in working class neighbourhoods, they represent nobody but the demonstrators themselves, rather than being a class body, they are bodies of activists. How the demonstrators are represented varies from 'Taksim Solidarity', which is a top down amalgamation of mainstream and left political parties with NGOs and left trade unions to the worst of 'Occupy' which was a couple of dozen hippies in a circle discussing the report of the 'spiritual commission'. Of course, this doesn't mean that communists shouldn't try to present their arguments in these situations. It doesn't mean that they are the organisational form of the coming revolution either.

From Demonstration to Strikes

Nowhere has the nature of these assemblies been clearer than in their attempts to call strikes. An attempt during the 'Occupy' movement to call a general strike in Oakland, California failed to bring out masses of workers, and even in places where it had support amongst workers (port of Oakland, and teachers) only resulted in people taking a holiday, a personal day, or phoning in sick. What is clear from this is that committees of activists can't call the working class out on strike at will. Only workers themselves can do this, and while many of the activists in these sort of movements are workers, they tend to work, as many young people do today, in small workplaces, often in precarious jobs. However, the driving force behind large scale strike movements is

not these sort of workplaces. It is in the large work places where movements of workers have the greatest influence.

To speak in very general terms, the demonstrators are not the same part of the working class as the part that is necessary to make a successful mass strike. In contrast to thirty plus years ago when these sort of young people would have gone into large workplaces either in factories, or the state sector, today there are less of those jobs, young people are much more likely to be university-educated, and when they graduate are less likely to go into those jobs anyway. Indeed even where these jobs still exist many of them are 'downsizing' and not recruiting new workers. In the TEKEL (a state monopoly) struggle in Turkey over the winter of 2009-10, young workers were noticeable by their absence, which was explained by the fact that no new workers had been recruited in the last 12 years. Statistics concerning the demonstrations in Brazil have suggested that nearly three quarters of the demonstrators are university-educated. This in a country where only 19% of the population have set foot in a university classroom, and even though college attendance rates amongst young people have almost doubled over recent years, this three quarters is well above the level in the general population let alone the working class. There is clearly a gap. The question is how to bridge it.

There have, of course, been moments where this gap has been bridged. To go back to the 'Green movement' in Iran there was a point when workers at Khodro, Iran's largest factory, came out in solidarity with demonstrators suffering from state repression. During the 'Arab Spring' there were workers' strikes particularly in Tunisia, and Egypt. In Turkey the left unions called for 'general strikes', and around half a million workers took part in them. In Brazil at the moment the main union confederations are talking about holding a day of 'protests, strikes, and marches' on the 11th July.

In Turkey, which has previously seen one-day 'general strikes' organised by the left unions, there seems to be a growing recognition that these strikes are neither widespread enough in terms of the amount of workers participating, nor long enough in terms of their limited duration to effectively challenge the state. A similar situation has been seen in Greece during the union organised one day strikes against the implementation of austerity programmes.

While the question of how to move beyond these strikes remains, the question of how to even call a one day strike is something that challenges the demonstrators. In all of these movements there have been calls for general strikes made over social media. Like in Oakland these have been largely unsuccessful. That is not to say that there is nothing at all positive here. It shows at least that there is a recognition that strikes are needed to push this sort of movement forward. In Brazil a Facebook call out for a general strike got more than half a million supporters, which shows that there is a level of support for strikes. However, there are problems with this approach in evidence from the fact that it has failed to be successful. Firstly, the demographic gap is something that is reflected in the usage of computers. Older workers are less likely to use computers than younger university-educated ones, and even where they do use computers they are less likely to use social media sites. Calls for a general strike on Facebook and Twitter are not even connecting to many of the people that they need to be aimed at.

This is not to disparage the use of the Internet. It is today an important means of communication. The Turkish state certainly thinks that it is a dangerous one, given the amount of people that have been raided, and arrested for tweeting. They certainly realise its potential, and don't look condescendingly at 'keyboard revolutionaries' as some on the left do. They lock them up. It nevertheless remains that while these media can bring people out onto the street for demonstrations it is far less effective at calling people out on strike. As well as the fact that these media don't connect to many of the people that they need to, the fact is that it is easier to turn up to a demonstration than to go on strike at work.

The first reason for this is that going to a demonstration is a decision that can be made individually. Of course there have been cases of people attending these protests collectively from their workplaces, schools or universities, it is not the majority experience. People can and do decide to go to them on their own. You can't decide to go on strike on your own, and it takes a lot more to decide to lose money and risk your job than it does to turn up at a demonstration, which brings us the central question, the lack of experience, confidence, and consciousness within the workplace.

While there has been a resurgence in workplaces struggle on an international scale over the past decade or so, it is nevertheless a very small one. The fact that the last decade hasn't been as terrible as the 1990s were reflects more on how bad that decade was rather than how good the past one has been. Workplace struggles today are not at

the level that they were in the eighties, let alone the seventies. The continuity with that period has gone. Workers with the experience of those struggles are already drawing their pensions, or at best approaching retirement. The experience has been lost, and newer workers are finding that they have to relearn things for themselves. In workplaces where they once held regular mass meetings to discuss things, these traditions have been lost and workers find themselves waiting for the unions to do something.

Future Expectations

It seems very clear that these sort of movements can be expected to continue to break out. The state has no solutions to offer. The removal of President Morsi in Egypt will not change the economic reality confronting any new government. The problems that are the underlining cause behind these movements can't be swept away. More specifically world capitalism does not have well paid secure jobs to give to the young people that it is churning out of its universities, and other educational establishments. Even though these movements may continue to explode, there is no way for them to move forward without activity in the workplace. Without that power, street movements will tend to burn themselves out, or even worse get transformed into conflicts turning workers against workers such as in Syria. The possibility of similar developments in Egypt, following the clashes caused by the military coup, are worrying to say the least.

Workers, while being involved in these movements as individuals, have nowhere been able to stamp their authority upon them as workers. With the development of class struggle there is the possibility that they might be able to assert themselves in future outbreaks. Also possible, especially in the Middle East, is the possibility that working class people will be dragged into killing each other on behalf of different ideologies, such as sectarianism, religion, and nationalism. If the road on Egypt leads to civil war it would be a disaster not just for workers in Egypt, but across the entire region. The self-activity of the working class is the first step in determining which road will be taken. This self-activity has not only to find adequate organisational forms for mass participation but also give rise to a political instrument which gives voice to the need not just to change the government but the entire economic and political system which spawned it. Ultimately the idea that capitalism can be made fairer has to give way to the idea that it has to be superseded.

2. The cancer in Occupy

Autor: Chris Hedges

Data: 06/02 2012

Fonte: http://www.truthdig.com/report/print/the_cancer_of_occupy_20120206

The Black Bloc anarchists, who have been active on the streets in Oakland and other cities, are the cancer of the Occupy movement. The presence of Black Bloc anarchists—so named because they dress in black, obscure their faces, move as a unified mass, seek physical confrontations with police and destroy property—is a gift from heaven to the security and surveillance state. The Occupy encampments in various cities were shut down precisely because they were nonviolent. They were shut down because the state realized the potential of their broad appeal even to those within the systems of power. They were shut down because they articulated a truth about our economic and political system that cut across political and cultural lines. And they were shut down because they were places mothers and fathers with strollers felt safe.

Black Bloc adherents detest those of us on the organized left and seek, quite consciously, to take away our tools of empowerment. They confuse acts of petty vandalism and a repellent cynicism with revolution. The real enemies, they argue, are not the corporate capitalists, but their collaborators among the unions, workers' movements, radical intellectuals, environmental activists and populist movements such as the Zapatistas. Any group that seeks to rebuild social structures, especially through nonviolent acts of civil disobedience, rather than physically destroy, becomes, in the eyes of Black Bloc anarchists, the enemy. Black Bloc anarchists spend most of their fury not on the architects of the North American Free Trade Agreement (NAFTA) or globalism, but on those, such as the Zapatistas, who respond to the problem. It is a grotesque inversion of value systems.

Because Black Bloc anarchists do not believe in organization, indeed oppose all organized movements, they ensure their own powerlessness. They can only be obstructionist. And they are primarily obstructionist to those who resist. John Zerzan, one

of the principal ideologues of the Black Bloc movement in the United States, defended “Industrial Society and Its Future,” the rambling manifesto by Theodore Kaczynski, known as the Unabomber, although he did not endorse Kaczynski’s bombings. Zerzan is a fierce critic of a long list of supposed sellouts starting with Noam Chomsky. Black Bloc anarchists are an example of what Theodore Roszak in “The Making of a Counter Culture” called the “progressive adolescentization” of the American left.

In Zerzan’s now defunct magazine *Green Anarchy* (which survives as a [website](#)) he published an article by someone named “Venomous Butterfly” that excoriated the Zapatista Army for National Liberation (EZLN). The essay declared that “not only are those [the Zapatistas’] aims not anarchist; they are not even revolutionary.” It also denounced the indigenous movement for “nationalist language,” for asserting the right of people to “alter or modify their form of government” and for having the goals of “work, land, housing, health care, education, independence, freedom, democracy, justice and peace.” The movement, the article stated, was not worthy of support because it called for “nothing concrete that could not be provided by capitalism.”

“Of course,” the article went on, “the social struggles of exploited and oppressed people cannot be expected to conform to some abstract anarchist ideal. These struggles arise in particular situations, sparked by specific events. The question of revolutionary solidarity in these struggles is, therefore, the question of how to intervene in a way that is fitting with one’s aims, in a way that moves one’s revolutionary anarchist project forward.”

Solidarity becomes the hijacking or destruction of competing movements, which is exactly what the Black Bloc contingents are attempting to do with the Occupy movement.

“The Black Bloc can say they are attacking cops, but what they are really doing is destroying the Occupy movement,” the writer and environmental activist Derrick Jensen told me when I reached him by phone in California. “If their real target actually was the cops and not the Occupy movement, the Black Bloc would make their actions completely separate from Occupy, instead of effectively using these others as a human shield. Their attacks on cops are simply a means to an end, which is to destroy a movement that doesn’t fit their ideological standard.”

“I don’t have a problem with escalating tactics to some sort of militant resistance if it is appropriate morally, strategically and tactically,” Jensen continued. “This is true

if one is going to pick up a sign, a rock or a gun. But you need to have thought it through. The Black Bloc spends more time attempting to destroy movements than they do attacking those in power. They hate the left more than they hate capitalists.”

“Their thinking is not only nonstrategic, but actively opposed to strategy,” said Jensen, author of several books, including “The Culture of Make Believe.” “They are unwilling to think critically about whether one is acting appropriately in the moment. I have no problem with someone violating boundaries [when] that violation is the smart, appropriate thing to do. I have a huge problem with people violating boundaries for the sake of violating boundaries. It is a lot easier to pick up a rock and throw it through the nearest window than it is to organize, or at least figure out which window you should throw a rock through if you are going to throw a rock. A lot of it is laziness.”

Groups of Black Bloc protesters, for example, smashed the windows of a locally owned coffee shop in November in Oakland and looted it. It was not, as Jensen points out, a strategic, moral or tactical act. It was done for its own sake. Random acts of violence, looting and vandalism are justified, in the jargon of the movement, as components of “feral” or “spontaneous insurrection.” These acts, the movement argues, can never be organized. Organization, in the thinking of the movement, implies hierarchy, which must always be opposed. There can be no restraints on “feral” or “spontaneous” acts of insurrection. Whoever gets hurt gets hurt. Whatever gets destroyed gets destroyed.

There is a word for this—“criminal.”

The Black Bloc movement is infected with a deeply disturbing hypermasculinity. This hypermasculinity, I expect, is its primary appeal. It taps into the lust that lurks within us to destroy, not only things but human beings. It offers the godlike power that comes with mob violence. Marching as a uniformed mass, all dressed in black to become part of an anonymous bloc, faces covered, temporarily overcomes alienation, feelings of inadequacy, powerlessness and loneliness. It imparts to those in the mob a sense of comradeship. It permits an inchoate rage to be unleashed on any target. Pity, compassion and tenderness are banished for the intoxication of power. It is the same sickness that fuels the swarms of police who pepper-spray and beat peaceful demonstrators. It is the sickness of soldiers in war. It turns human beings into beasts.

“We run on,” Erich Maria Remarque wrote in “All Quiet on the Western Front,” “overwhelmed by this wave that bears us along, that fills us with ferocity, turns us into thugs, into murderers, into God only knows what devils: this wave that multiplies our strength with fear and madness and greed of life, seeking and fighting for nothing but our deliverance.”

The corporate state understands and welcomes the language of force. It can use the Black Bloc’s confrontational tactics and destruction of property to justify draconian forms of control and frighten the wider population away from supporting the Occupy movement. Once the Occupy movement is painted as a flag-burning, rock-throwing, angry mob we are finished. If we become isolated we can be crushed. The arrests last weekend in Oakland of more than 400 protesters, some of whom had thrown rocks, carried homemade shields and rolled barricades, are an indication of the scale of escalating repression and a failure to remain a unified, nonviolent opposition. Police pumped tear gas, flash-bang grenades and “less lethal” rounds into the crowds. Once protesters were in jail they were denied crucial medications, kept in overcrowded cells and pushed around. A march in New York called in solidarity with the Oakland protesters saw a few demonstrators imitate the Black Bloc tactics in Oakland, including throwing bottles at police and dumping garbage on the street. They chanted “Fuck the police” and “Racist, sexist, anti-gay / NYPD go away.”

This is a struggle to win the hearts and minds of the wider public and those within the structures of power (including the police) who are possessed of a conscience. It is not a war. Nonviolent movements, on some level, embrace police brutality. The continuing attempt by the state to crush peaceful protesters who call for simple acts of justice delegitimizes the power elite. It prompts a passive population to respond. It brings some within the structures of power to our side and creates internal divisions that will lead to paralysis within the network of authority. Martin Luther King kept holding marches in Birmingham because he knew Public Safety Commissioner “Bull” Connor was a thug who would overreact.

The Black Bloc’s thought-terminating cliché of “diversity of tactics” in the end opens the way for hundreds or thousands of peaceful marchers to be discredited by a handful of hooligans. The state could not be happier. It is a safe bet that among Black Bloc groups in cities such as Oakland are *agents provocateurs* spurring them on to more mayhem. But with or without police infiltration the Black Bloc is serving the interests

of the 1 percent. These anarchists represent no one but themselves. Those in Oakland, although most are white and many are not from the city, arrogantly dismiss Oakland's African-American leaders, who, along with other local community organizers, should be determining the forms of resistance.

The explosive rise of the Occupy Wall Street movement came when a few women, trapped behind orange mesh netting, were pepper-sprayed by NYPD Deputy Inspector Anthony Bologna. The violence and cruelty of the state were exposed. And the Occupy movement, through its steadfast refusal to respond to police provocation, resonated across the country. Losing this moral authority, this ability to show through nonviolent protest the corruption and decadence of the corporate state, would be crippling to the movement. It would reduce us to the moral degradation of our oppressors. And that is what our oppressors want.

The Black Bloc movement bears the rigidity and dogmatism of all absolutism sects. Its adherents alone possess the truth. They alone understand. They alone arrogate the right, because they are enlightened and we are not, to dismiss and ignore competing points of view as infantile and irrelevant. They hear only their own voices. They heed only their own thoughts. They believe only their own clichés. And this makes them not only deeply intolerant but stupid.

“Once you are hostile to organization and strategic thinking the only thing that remains is lifestyle purity,” Jensen said. “ ‘Lifestylism’ has supplanted organization in terms of a lot of mainstream environmental thinking. Instead of opposing the corporate state, [lifestylism maintains] we should use less toilet paper and should compost. This attitude is ineffective. Once you give up on organizing or are hostile to it, all you are left with is this hyperpurity that becomes rigid dogma. You attack people who, for example, use a telephone. This is true with vegans and questions of diet. It is true with anti-car activists toward those who drive cars. It is the same with the anarchists. When I called the police after I received death threats I became to Black Bloc anarchists ‘a pig lover.’ ”

“If you live on Ogoni land and you see that Ken Saro-Wiwais murdered for acts of nonviolent resistance,” Jensen said, “if you see that the land is still being trashed, then you might think about escalating. I don’t have a problem with that. But we have to go through the process of trying to work with the system and getting screwed. It is only then that we get to move beyond it. We can’t short-circuit the process. There is a

maturation process we have to go through, as individuals and as a movement. We can't say, 'Hey, I'm going to throw a flowerpot at a cop because it is fun.' ”

3. Concerning the violent peace-police: an open letter to Chris Hedges

Autor: David Graeber

Data: 09/02/2012

Fonte: <http://nplusonemag.com/concerning-the-violent-peace-police>

I am writing this on the premise that you are a well-meaning person who wishes Occupy Wall Street to succeed. I am also writing as someone who was deeply involved in the early stages of planning Occupy in New York.

I am also an anarchist who has participated in many Black Blocs. While I have never personally engaged in acts of property destruction, I have on more than one occasion taken part in Blocs where property damage has occurred. (I have taken part in even more Blocs that did not engage in such tactics. It is a common fallacy that this is what Black Blocs are all about. It isn't.)

I was hardly the only Black Bloc veteran who took part in planning the initial strategy for Occupy Wall Street. In fact, anarchists like myself were the real core of the group that came up with the idea of occupying Zuccotti Park, the “99%” slogan, the General Assembly process, and, in fact, who collectively decided that we would adopt a strategy of Gandhian non-violence and eschew acts of property damage. Many of us had taken part in Black Blocs. We just didn't feel that was an appropriate tactic for the situation we were in.

This is why I feel compelled to respond to your statement “The Cancer in Occupy.” This statement is not only factually inaccurate, it is quite literally dangerous. This is the sort of misinformation that really can get people killed. In fact, it is far more likely to do so, in my estimation, than anything done by any black-clad teenager throwing rocks.

Let me just lay out a few initial facts:

1. Black Bloc is a tactic, not a group. It is a tactic where activists don masks and black clothing (originally leather jackets in Germany, later, hoodies in America), as a gesture of anonymity, solidarity, and to indicate to others that they are prepared, if the situation calls for it, for militant action. The very nature of the tactic belies the

accusation that they are trying to hijack a movement and endanger others. One of the ideas of having a Black Bloc is that everyone who comes to a protest should know where the people likely to engage in militant action are, and thus easily be able to avoid it if that's what they wish to do.

2. Black Blocs do not represent any specific ideological, or for that matter anti-ideological position. Black Blocs have tended in the past to be made up primarily of anarchists but most contain participants whose politics vary from Maoism to Social Democracy. They are not united by ideology, or lack of ideology, but merely a common feeling that creating a bloc of people with explicitly revolutionary politics and ready to confront the forces of the order through more militant tactics if required, is, on the particular occasion when they assemble, a useful thing to do. It follows one can no more speak of "Black Bloc Anarchists," as a group with an identifiable ideology, than one can speak of "Sign-Carrying Anarchists" or "Mic-Checking Anarchists."

3. Even if you must select a tiny, ultra-radical minority within the Black Bloc and pretend their views are representative of anyone who ever put on a hoodie, you could at least be up-to-date about it. It was back in 1999 that people used to pretend "the Black Bloc" was made up of nihilistic primitivist followers of John Zerzan opposed to all forms of organization. Nowadays, the preferred approach is to pretend "the Black Bloc" is made up of nihilistic insurrectionary followers of The Invisible Committee, opposed to all forms of organization. Both are absurd slurs. Yours is also 12 years out of date.

4. Your comment about Black Bloc'ers hating the Zapatistas is one of the weirdest I've ever seen. Sure, if you dig around, you can find *someone* saying almost anything. But I'm guessing that, despite the ideological diversity, if you took a poll of participants in the average Black Bloc and asked what political movement in the world inspired them the most, the EZLN would get about 80% of the vote. In fact I'd be willing to wager that at least a third of participants in the average Black Bloc are wearing or carrying at least one item of Zapatista paraphernalia. (Have you ever actually *talked* to someone who has taken part in a Black Bloc? Or just to people who dislike them?)

5. "Diversity of tactics" is not a "Black Bloc" idea. The original GA in Tompkins Square Park that planned the original occupation, if I remember, adopted the principle of diversity of tactics (at least it was discussed in a very approving fashion), at

the same time as we all also concurred that a Gandhian approach would be the best way to go. This is not a contradiction: “diversity of tactics” means leaving such matters up to individual conscience, rather than imposing a code on anyone. Partly, this is because imposing such a code invariably backfires. In practice, it means some groups break off in indignation and do even more militant things than they would have otherwise, without coordinating with anyone else—as happened, for instance, in Seattle. The results are usually disastrous. After the fiasco of Seattle, of watching some activists actively turning others over to the police—we quickly decided we needed to ensure this never happened again. What we found that if we declared “we shall all be in solidarity with one another. We will not turn in fellow protesters to the police. We will treat you as brothers and sisters. But we expect you to do the same to us”—then, those who might be disposed to more militant tactics will act in solidarity as well, either by not engaging in militant actions at all for fear they will endanger others (as in many later Global Justice Actions, where Black Blocs merely helped protect the lockdowns, or in Zuccotti Park, where mostly people didn’t bloc up at all) or doing so in ways that run the least risk of endangering fellow activists.

(...)

Perhaps you do not believe me, or do not believe these events to be particularly significant. If so, let me put the matter in a larger historical context.

If I understand your argument, it seems to come down to this:

1. OWS has been successful because it has followed a Gandhian strategy of showing how, even in the face of strictly non-violent opposition, the state will respond with illegal violence

2. Black Bloc elements who do not act according to principles of Gandhian non-violence are destroying the movement because they provide retroactive justification for state repression, especially in the eyes of the media

3. Therefore, the Black Bloc elements must be somehow rooted out.

As one of the authors of the original Gandhian strategy, I can recall how well aware we were, when we framed this strategy, that we were taking an enormous risk. Gandhian strategies have not historically worked in the US; in fact, they haven’t really worked on a mass scale since the civil rights movement. This is because the US media is simply constitutionally incapable of reporting acts of police repression as “violence.” (One reason the civil rights movement was an exception is so many Americans at the

time didn't view the Deep South as part of the same country.) Many of the young men and women who formed the famous Black Bloc in Seattle were in fact eco-activists who had been involved in tree-sits and forest defense lock-downs that operated on purely Gandhian principles—only to find that in the US of the 1990s, non-violent protesters could be brutalized, tortured (have pepper spray directly rubbed in their eyes), or even killed, without serious objection from the national media. So they turned to other tactics. We knew all this. We decided it was worth the risk.

However, we are also aware that when the repression begins, some will break ranks and respond with greater militancy. Even if this doesn't happen in a systematic and organized fashion, some violent acts will take place. You write that Black Bloc'ers smashed up a "locally owned coffee shop"; I doubted this when I read it, since most Black Blocs agree on a strict policy of not damaging owner-operated enterprises, and I now find in Susie Cagle's response to your article that, in fact, it was a chain coffee shop, and the property destruction was carried out by someone not in black. But still, you're right: A few such incidents will inevitably occur.

The question is how one responds.

If the police decide to attack a group of protesters, they will claim to have been provoked, and the media will repeat whatever the police say, no matter how implausible, as the basic initial facts of what happened. This will happen whether or not anyone at the protest does anything that can be remotely described as violence. Many police claims will be obviously ridiculous – as at the recent Oakland march where police accused participants of throwing "improvised explosive devices"—but no matter how many times the police lie about such matters, the national media will still report their claims as true, and it will be up to protesters to provide evidence to the contrary. Sometimes, with the help of social media, we can demonstrate that particular police attacks were absolutely unjustified, as with the famous Tony Bologna pepper-spray incident. But we cannot by definition prove all police attacks were unjustified, even all attacks at one particular march; it's simply physically impossible to film every thing that happens from every possible angle all the time. Therefore we can expect that whatever we do, the media will dutifully report "protesters engaged in clashes with police" rather than "police attacked non-violent protesters." What's more, when someone does throw back a tear-gas canister, or toss a bottle, or even spray-paint something, we can assume

that act will be employed as retroactive justification for whatever police violence occurred before the act took place.

All this will be true whether or not a Black Bloc is present.

If the moral question is “is it defensible to threaten physical harm against those who do no direct harm to others,” one might say the pragmatic, tactical question is, “even if it were somehow possible to create a Peace Police capable of preventing any act that could even be interpreted as ‘violent’ by the corporate media, by anyone at or near a protest, no matter what the provocation, would it have any meaningful effect?” That is, would it create a situation where the police would feel they couldn’t use arbitrary force against non-violent protesters? The example of Zuccotti Park, where we achieved pretty consistent non-violence, suggests this is profoundly unlikely. And perhaps most importantly at all, even if it *were* somehow possible to create some kind of Peace Police that would prevent anyone under gas attack from so much as tossing a bottle, so that we could justly claim that no one had done anything to warrant the sort of attack that police have routinely brought, would the marginally better media coverage we would thus obtain really be worth the cost in freedom and democracy that would inevitably follow from creating such an internal police force to begin with?

Parte II - As Mídias

4. #YoSoy132: la pantalla y los sueños

Autor: Luis Hernández Navarro

Data: 31/07/2012

Fonte: <http://alainet.org/active/56880>

En el festival de carteles, performances y poesía instantánea en que se han convertido las protestas de #YoSoy132 se repite, una y otra vez, una estampa: una joven enmarca su rostro en la pantalla de un televisor de cartulina, con un letrero escrito a mano que advierte "Televisa te idiotiza".

La imagen es emblema que simboliza la declaración de guerra de los jóvenes contra la telecracia que entretiene e informa a más de 70 por ciento de los mexicanos. En ella, una manifestante, que es simultáneamente emisora y receptora, que observa y es observada, lanza un grito de advertencia que busca sacudir la conciencia ciudadana.

En su nombre resume su origen y atributos. El movimiento #YoSoy132 nació de la indignación de los estudiantes universitarios ante la manipulación informativa de los medios de comunicación y la pretensión del Canal de las estrellas de imponer un candidato a la Presidencia de la República.

Un hecho tan común y corriente como el que la mayoría de la prensa ocultó y desvirtuó, el descontento juvenil contra Enrique Peña Nieto en la Universidad Iberoamericana, fue la gota que derramó el vaso de la ira estudiantil. De ese agravio informativo nació el hashtag que convocó a la acción colectiva contra Televisa y en favor de la democratización de los medios de comunicación.

El movimiento surgió realmente como un hashtag, es decir, como asunto al que cualquier joven universitario tiene la posibilidad de sumarse o de aportar su punto de vista, adhiriéndose a la cadena de iniciativas tras la almohadilla que da nombre a esa causa, como lo haría en Twitter.

Ser parte de #YoSoy132 implica identificarse como alguien no manipulado por los medios electrónicos, como alguien que escapa a la mediatización y a la alienación del control mediático. A su manera, sus integrantes hacen suya la crítica a la televisión elaborada por el sociólogo Pierre Bordieu, quien afirmó que este medio, en lugar de informar, oculta mostrando, pone a la vista algo distinto de lo que tendría que divulgar, o presenta lo que sucede y es importante de manera inadvertida o irrelevante, de tal manera que lo que trasmite no corresponde en absoluto a la realidad.

El movimiento va más allá de ello y ubica al poder no regulado de la mediocracia como uno de los principales obstáculos en la democratización del país. “Si queremos una democracia auténtica –aseguran en el discurso pronunciado durante la toma pacífica de las instalaciones de Televisa Chapultepec–, será ineludible la democratización de los medios. Como todos los defectos de nuestra pobre democracia, la concentración y manipulación de la información es una herencia que perdura del viejo régimen y del supuesto cambio.”

Ese discurso desmiente a quienes acusan a los universitarios de tener ideas ramplonas; por el contrario, el diagnóstico que se hacen sobre el papel de la telecracia es de gran brillantez. Los seis puntos programáticos que proponen para "caminar hacia adelante y nunca volver atrás", que incorporan algunas de las ideas-fuerzas centrales de los movimientos sociales alternativos en el país, son notables.

El movimiento sostiene la necesidad de democratizar y transformar los medios de comunicación, sobre la base de la socialización de los mismos y el desarrollo de un modelo de medios públicos. Cambiar el modelo educativo, científico y tecnológico. Sustituir el modelo económico neoliberal. Transformar el modelo de seguridad nacional, retirando las fuerzas armadas de las tareas de seguridad pública. Fomentar y fortalecer la democracia participativa en la toma de decisiones y en la construcción de políticas públicas. Y, luchar por el pleno cumplimiento del derecho a la salud.

La problemática de los medios de comunicación ha atravesado al #YoSoy132 en sus acciones colectivas, debates y proclamas. Una de sus primeras definiciones consistió en exigir a la prensa información de calidad para poder emitir un voto informado. En sus protestas iniciales en las calles se gritaron consignas como "Televisa-Tv Azteca / no más imposición / libre elección", "Queremos escuelas, no telenovelas" y "Lucero, Gaviota / se acabó la caja idiota".

En la marcha anti-Peña Nieto y contra Televisa del 23 de mayo se leyó un documento en el que representantes de diversas universidades formularon demandas como: democratización de los medios, información veraz y equilibrada sobre la campaña presidencial, apertura informativa a la televisión abierta, creación de la figura del ombudsman en cada medio, difusión de códigos de ética para los medios de comunicación, como instrumentos de defensa del interés público; masificación del uso de Internet y que el acceso a ésta sea un derecho constitucional, transmisión del segundo debate de los candidatos a la Presidencia en cadena nacional; impulso al derecho a la información, y protección a periodistas.

Seis días después, durante una conferencia de prensa, el movimiento exigió transmitir el segundo debate por cadena nacional; competencia real en el sector de la comunicación; reformar los actuales procedimientos administrativos para otorgar las concesiones de radio y televisión, como forma de garantizar el derecho a la libertad de expresión; instauración en los medios de instrumentos que resguarden el interés social, y someter a concurso en escuelas de comunicación producciones de canales públicos.

La crítica de #YoSoy132 a la telecracia y la manipulación mediática no cesan. Los jóvenes han producido multitud de diagnósticos, propuestas, videos de gran calidad, y realizado una enorme cantidad de acciones de masas para impugnar la realidad que les inconforma.

"Nuestros sueños no caben en tu pantalla", anuncia la rúbrica del video Televisa, estamos aquí, elaborado por el movimiento. Por lo pronto, con pantalla o sin ella, sus sueños están transformando al país.

5. The (revolt) medium is the message: counter-information and the 2008 revolt in Greece

Autor: Metropolitan Sirens

Data: 2011

Fonte: <http://pt.scribd.com/doc/92827843/Occupied-London-Revolt-and-Crisis-in-Greece>

Introduction

It is not that we want to remember December in this way; it's just that it really was something phenomenal. All of a sudden, an entire country was only discussing and thinking about the assassination of Alexandros Grigoropoulos and the reactions that followed. The wave of mobilisations was so strong that it paralysed—quite literally—the heart of Athens for days: in the commercial centre of the city, shops were shut and no one at all would wander around aimlessly. Of course, the images were the same in most other Greek cities.

What made this event so special? How can anyone explain why Korkoneas's finger triggered the largest and most explosive mobilisation (a true revolt) in recent Greek history? Many interpretations have been offered already, largely based on the notion that the two bullets that killed Alexandros were simply the final straw on the camel's back. A mob that was out of control took to the streets, first full of compressed anger and then, a few days later, full of angry creativity. People revolted for all the reasons in the world: for the political scandals revealed in a domino fashion, for their gross exploitation and muck-around by power...

In this article, however, we want to put these causes aside and look at another aspect, one that, we feel, has been examined to a much lesser degree: that is, the mediums of the revolt. We want to talk about the contribution of counter-information to the revolt—what we feel is the most valuable tool in the hands of the antagonist movement. We also want to discuss the facts introduced by new technologies, facts that are new to the antagonist movement as a whole. In other words we want to interpret how and to what extent new mediums of communication can contribute to our social movements and whether they can alter the forms of struggle, of coordination, and of

organising and we want to do so, of course, by focusing on the recent Greek example. (...)

Counter-information during december: widening the contribution of new mediums

When we talk about counter-information during December's events we do not by any means speak of a solid or homogeneous flow of information—quite the opposite. What gave shivers of hope to some and fear to others was the fact that the communicative explosion—mirroring the explosive reality in the streets—was uncontrollable, with many nodes and means of transmission, different codes, diverse transmitters and receivers. After all, the people in revolt were not a single, coherent social group but rather, a mosaic of social subjects. The wealth and the width of counter-information was schematically marked by this fact also: on the same central Athens street (Patision Ave), three occupations that acted as bases of struggle set different priorities and acquired different characteristics while nevertheless producing a wording that was mutually complimentary.

Overall, in December the entire spectrum of communication mediums was utilised (banners, slogans, stencils, texts, communiqués) in initiatives and actions that were “transplanted” with much creativity from the streets to many aspects of public life—schools, radio stations, theatres, the Acropolis, and so on. Here we need to add a comment concerning the many communication capacities that have developed on the internet: corporate social media platforms such as Facebook, Twitter, YouTube, and Flickr are radically different to collectives of independent media information such as Indymedia or indy.gr and to websites created to cover specific events from a political viewpoint (such as occupation- specific blogs), forums, personal blogs, and so on. The aim of this article is not to record or to examine the communicative digital explosion that was triggered by the assassination of Alexis. Rather, we want to focus specifically on counter-information, which is first and foremost a political act. There exists, of course, a common denominator in all the examples above: unmediated communication. Here, the capacity exists for independent organising, especially because mechanisms of authority are difficult to form within such network structures, since they are constantly evolving and largely based upon anonymity. (...)

The emperor is naked

From the very first moments it became obvious that the mainstream media was unable to cope with the situation. The political and media elite were quick to read the violent outburst in terms of some supposedly meaningless reflex reaction by “hooded anti-authoritarians,” hooligans, and other deviant groups. The extent to which the state and mainstream media cooperated in distorting information however, was only revealed in full on the next day, when a video filmed at the time of the murder was posted online. The video captured the two gunshots and the two policemen leaving the site on foot—which practically proved that there was no police car around, let alone that it had been attacked with Molotov cocktails, as the mainstream story would go.

A series of texts and pictures continued to unveil the distortion of the truth by the mainstream media in the next couple of days: school students pelting local police stations, the police headquarters (GADA), and the Parliament with sour oranges and stones; migrants erecting barricades and expropriating stores; people of all ages taking part in demonstrations and clashes; occupations in many cities and in various neighbourhoods of Athens. All around one could see department stores and waste containers on fire, streets paved with stones and the remains of Molotov cocktails, rage...

The Greek media, confined to their conventional perspective and dependent on systemic information sources (police, state authorities, etc.) largely failed to present and interpret what was going on in a comprehensive way. Yet, practically speaking, it would not have been possible for them to have so many available cameras to film the numerous simultaneous actions and clashes anyway. Some media went as far as to question if a revolt was even taking place—this, at a time when police stations and other government buildings were coming under attack in many Greek cities. Their failure was of historical significance since a lot of people, and especially the newer generation, rejected them and saw right through them for what they really are: commercial corporations that distort or conceal truth for their own benefit.

As the dominant discourse seemed all the more incoherent, vertical information structures started losing ground to horizontal ones, in other words to information “from below.” The swiftness with which that first-hand, unmediated information and comments were published and disseminated affected the pace in which actions were coordinated, as well as the breadth of their impact.

School students would mainly text each other or use Twitter and Facebook, sending messages from friend to friend as if it were from mouth to ear. Social network platforms, which are mainly associated with the abuse of privacy, served as political communication nodes. Mobile phones also proved to be a powerful tool since they connect separate networks of people (i.e. contact lists) quickly and with no outsider intervention.

Nobody could have foreseen the organisation and subsequent massive participation in the student demonstrations of the morning of Monday, 8 December, during which local police stations were attacked. A second example: the demonstration on Sunday, 7 December was held in the early afternoon only hours after the murder and had thousands of participants—although it had been organised exclusively through the internet, phone calls, text messages, and face-to-face contact.

Leaving the various social media groups aside, it is interesting to examine how counter-information made use of the internet. The ventures that sprang up back in those days—regardless of how long they lasted—would set up a blog and an e-communication channel (email, forum) and quickly network with “sibling” e-ventures. Counter- information in December was decentralised and helped decentralise action in return. Each occupation became a counter-information hub and all these initiatives came together both on the streets and on the internet, in the form of links. This enabled networking and the possibility for a massive exchange of information.

In other words, the internet developed into the informal head- quarters of an information war between the “in-line-with-the-state” mass media and a new antagonistic subject, internet users.

Throughout the revolt, users regularly posted first-hand information, news, and comments and coordinated interventions in the public space. Yet when the strength and the speed in which counter-information spreads turns from a thorn into a pointed arrow, the regime acts promptly to crash it. And so, on 16 January 2009, under the fear of a potential resurgence of December’s events, the Greek vice-minister of education, Spiridon Taliadouros, ordered on behalf of the government for the Indymedia server be tracked down and deactivated. Athens IMC became a favourite subject of discussion in parliament and mass media during the following months. The first complaints were lodged: the basic accusation was that the website constituted the operation centre of the

December revolt, easily proving those in power had not quite understood the reasons that gave birth to the revolt. (...)

Advantages, weaknesses, and some conclusions drawn from december

One of the greatest advantages of new media, in terms of the practices of the antagonist movement, is interaction—since the roles of the transmitter and the receiver are hereby dismantled. Communication with fewer mediators is enabled and anonymity largely frees individuals from the forming blocks of imposed social roles. There is also the advantage of a useful “internet archive”—even if some websites are no longer active, they are still available online. It is also very important to mention the formation of collectives that handle servers belonging to the movement, such as espiv.net and squat.gr—therefore allowing for the necessary security for the movement use of the internet to be deployed.

On the other hand, internet-based communication obviously entails some weaknesses. It is impersonal and partial. Under no circumstances can it replace human contact and the wholeness of communication (verbal and otherwise), face-to-face. It can give one the illusion of participating in a group, when in reality the connection with others is temporal. On a political level, web communication has been criticised for making idle, rather than increasing, reflexes whilst web- sites such as Indymedia are critiqued for becoming centres that manage anti-authoritarian action. Above all, however, the technologies of information are not immune to control—on the contrary. The networks of electronic communication are openly available for intense electronic monitoring, causing a series of security issues. Overall, we should not confuse the capacities offered by new technologies to the social antagonist movement with a de facto positive development. Political and social processes are those that define the use of mediums.

6. Mobilisations et révolutions dans les pays de la méditerranée arabe à l'heure de l'hybridation du politique Égypte, Liban, Maroc, Tunisie

Autor: Sarah Ben Néfissa

Data: 2011

Fonte: <http://www.cairn.info/revue-tiers-monde-2011-5-p-5.htm>

Le poids des médias

La Tunisie et l'Égypte ont prouvé l'importance d'intégrer, dans l'analyse des mouvements protestataires et révolutionnaires, le rôle des médias. Larbi Chouikha et Erice Gobe parlent d'une Tunisie virtuelle comme caisse de résonance du mouvement protestataire et le texte de Sarah BenNéfissa portant sur l'Égypte met l'accent sur l'importance de Facebook pour la mobilisation de la jeunesse égyptienne. Mais bien avant ces révolutions, la scène protestataire de ces pays montre la reproduction, par les acteurs mobilisés, des formes et des répertoires de l'action collective existants sur le plan international et dont ils ont eu connaissance par la médiation des télévisions satellitaires, étrangères et arabes, et en premier lieu Al Jazeera: sit-in, manifestations, pétitions etc. (Chouikha, Gobe, 2009). Si ces formes d'action font partie des expériences sociales et politiques de ces pays, le poids des médias, extérieurs notamment, contribue à les renforcer et à leur donner une efficacité nouvelle. La recherche de la « visibilité » sur les plans interne et international montre la conscience que les acteurs ont du poids des médias internes et externes comme force de pression sur les régimes. Cette donnée est particulièrement claire dans l'Égypte de ces dernières années. La multiplication des protestations semble directement corrélée avec un processus de démonopolisation du champ médiatique et, en particulier, l'apparition des journaux indépendants et privés, des télévisions satellitaires et également d'Internet.

En l'absence de libertés d'expression et de publication sur le plan internet comme l'existence d'une presse pluraliste et d'émissions de télévision et de radio indépendantes, les acteurs mobilisés cherchent à faire connaître et à se protéger en

utilisant les médias internationaux et les sites Internet. Le poids des médias ne remplace pas la force des logiques sociales (Neveu, 2009) et ces derniers dernières ? ou s'agit-il des médias ? dans ce cas « , les médias sont des acteurs... » ? sont des acteurs qui ont leurs propres logiques et intérêts. Toutefois, en contexte autoritaire, l'allié médiatique est fondamental. Il n'est donc pas étonnant que les régimes de la région tentent de contrôler les médias et leurs impacts sociaux qui dépassent, et de loin, la question des mobilisations collectives.

La publication récente de deux ouvrages collectifs consacrés aux médias dans la région est significative des types de mutations que les médias contribuent à exprimer, renforcer et même modifier (Gonzalez Quijano, Guaaybess, 2009 ; Mohsen-Finan, 2009). Certains spécialistes mettent l'accent sur l'émergence de nouveaux « espaces publics » dans la région grâce au décloisonnement des moyens médiatiques permettant la multiplication des voix contestataires qui déjouent la censure de l'État (Anderson, Eickelmann, 2009). D'autres spécialistes insistent sur les possibilités qu'offrent les nouveaux médias à l'expression individuelle et identitaire pour défier les tabous et les interdits liés aussi bien aux appareils d'États qu'aux sociétés elles-mêmes. C'est ce que met en lumière l'article de Bouchra Sidi Hida à propos de l'initiative, rapidement réprimée, d'un collectif de jeunes marocains pour rompre le jeûne avant l'heure, en public, en plein mois de ramadan. L'auteur souligne le consensus entre le régime marocain et les forces politiques de l'opposition, islamiste et non islamiste, pour interdire une telle action. Elle pose ainsi l'hypothèse de l'apparition de « nouveaux mouvements » sociaux dans le Maroc d'aujourd'hui. Son article met en exergue la diversité des « causes » protestataires qui dépassent de loin les questions sociales et politiques « classiques ».

Si la question du statut de la femme est devenue désormais une question centrale dans les pays de la région, comme le montre l'article de Nathalie Bernard Maugiron sur l'Égypte, aujourd'hui, d'autres types de causes « identitaires » ont émergé dans la région et notamment celles liées aux appartenances religieuses et communautaires. C'est ce que montre Laure Guirguis à propos des contestations coptes dans l'Égypte d'aujourd'hui qui s'inscrivent dans ce qu'elle dénomme « les modifications des régimes de la visibilité » après avoir été longtemps « tues » et cachées, « taboues ». Elles démasquent la fracture originaire de la nation égyptienne. Elles révèlent l'échec de la construction historique de l'unité nationale, bâtie sur le mythe de l'union « de la croix et

du croissant ». Les contestations coptes coexistent aujourd'hui avec les revendications des Égyptiens bahaïs (Legeay, 2007) pour obtenir leur reconnaissance juridique de la part des services de l'état civil égyptien, qui ne reconnaît que les «trois religions révélées » à savoir l'Islam, le Christianisme et le Judaïsme.

Mais l'analyse du langage de type identitaire et communautaire employé par les acteurs de certains mouvements sociaux montre qu'il s'agit peut-être de la réinvention d'un collectif qui, tout en mettant l'accent sur son particularisme, négocie dans la réalité une plus grande insertion dans l'espace national et étatique (Picard, 2006). L'analyse développée par Amin Allal et Karine Bennafla sur les récits paradoxaux autour de « Gafsa la rebelle » et sur les guerriers montagnards du pays Aït Baamrane pourrait être sollicitée pour comprendre l'apparition récente en Égypte de la question des Bédouins du Sinai, qui protestent contre le traitement sécuritaire de la région de la part des pouvoirs publics, ou bien des populations nubiennes à cause de leur déplacement à la suite de la construction du Haut Barrage dans les années 1960. C'est à une demande de renégociation des modalités de l'unité nationale que l'on assiste de la part des régions oubliées par le « miracle tunisien » et également de la part des coptes en Égypte. Là également, la thèse de l'hybridation du politique permet de poser l'hypothèse d'un processus d'hybridation entre les liens dits « communautaires » et les liens dits « citoyens ». Le langage « communautariste », parce que profondément social, n'est peut-être pas si lointain du langage des droits de l'homme et des droits sociaux (Ben Néfissa, 2011).

Les collectifs de la société civile

La seconde ressource mobilisable se réfère aux acteurs dits de la société civile, à savoir les collectifs et ONG des droits de l'homme. Pendant longtemps, l'impact politique et social des collectifs de défense des droits de l'homme a été peu perceptible sur le plan interne à cause de la faiblesse, voire de l'inexistence de communication avec leurs propres sociétés, de la limitation de leur dialogue avec les seuls pouvoirs publics et avec les organisations étrangères et internationales (Tarrow, 2007). De même, la cooptation du nouveau personnel politique de certains régimes arabes, dans le vivier de ces collectifs dits de la société civile, a contribué à améliorer l'image internationale de certains régimes autoritaires.

Mais ces dernières années ont montré comment ces acteurs peuvent également jouer un rôle important sur le plan interne à ces pays à cause justement de leurs connexions internationales, source de la méfiance des régimes de la région à leur égard (Droz-Vincent, 2004). La formation de ces élites, leur connaissance des langues étrangères et leurs expériences internationales accordent à ces « cosmopolites enracinés » (Tarrow, 2007) un certain nombre de compétences et de ressources qu'ils peuvent convertir sur le plan interne à ces pays sous la forme d'expertise (Geisser, Karam, Vairel, 2006) et également d'aide et de soutien aux différentes mobilisations et mouvements sociaux.

Cela a été le cas en Égypte, notamment depuis les années 2004 et 2005. Un renforcement de leur rôle et de leur poids politique est apparu plus important que celui des partis politiques de l'opposition reconnue (Santucci, 2006). La multiplication des collectifs autour du répertoire des droits de l'homme a contribué à élargir et à spécialiser les thèmes traités : droits des victimes de la torture, soutien juridique aux droits de l'homme, droits des paysans, droits sociaux et économiques, défense des prisonniers, indépendance de la justice, défense de la sécurité sociale, droit au logement, défense du système de retraite, contrôle des élections et, enfin, liberté religieuse et droits syndicaux des travailleurs.

Ces collectifs interpellent les pouvoirs publics sur la base d'études, d'expertises, de rapports publiés sur leurs sites Internet ou sous la forme d'articles dans les journaux. Les avocats et les juristes de ces collectifs contestent également les différentes décisions administratives devant les tribunaux. D'une certaine manière, il est possible de dire que les militants professionnels de ces organisations et collectifs dits de la société civile, qui ont été largement investis par les opposants politiques de ces pays, jouent le rôle de ce que Lilian Mathieu appelle « les militants par conscience », qui apportent leurs ressources, leurs compétences et leur savoir-faire aux mobilisations des groupes dominés, à partir de leur capital social (Mathieu, 2004). Une des principales ressources des mobilisations collectives en situation autoritaire est donc incontestablement l'appel à l'extérieur et à l'opinion internationale par la médiation des médias ou des collectifs de la société civile. L'exemple du collectif de Kifaya, en 2004 et 2005, est symptomatique de ce phénomène. Sans les pressions américaines sur le régime égyptien à partir de la doctrine, aujourd'hui dépassée, du « Grand Moyen Orient », un tel collectif aurait difficilement pu s'exprimer. Les soulèvements qui ont présidé à la chute de Ben

Ali et de Moubarak ont mis l'accent sur l'importance d'une telle ressource et il n'est pas exagéré de dire que les deux présidents déchus sont tombés également parce qu'ils ont perdu la bataille médiatique internationale. La fameuse attaque des manifestants de la Place Tahrir par les mercenaires du régime, sur des chevaux et des chameaux, diffusée par toutes les télévisions du monde, en est peut-être l'exemple le plus parlant, comme le montre l'analyse de Sarah Ben Néfissa sur les « 18 jours qui ont changé l'Égypte ».

Pendant longtemps, cette ressource a fait l'objet de stigmatisations de la part des régimes de la région et d'une certaine méfiance de la part de certaines sociétés alimentées pendant des décennies par les idéologies nationalistes postindépendance, et également par les mouvements islamistes. Un des symptômes du phénomène est la faible présence de représentants de cette région du monde dans les différentes mobilisations altermondialistes et dans les différents forums sociaux. Ces dernières années ont toutefois montré la baisse d'efficacité interne d'un tel argument. Les protestations sociales égyptiennes de ces dernières années ont montré comment certaines d'entre elles cherchent le soutien des organisations internationales comme l'Organisation internationale du travail. Parfois également, le phénomène de « l'externalisation » des mouvements sociaux peut être le fait d'acteurs « insoupçonnables » par les régimes de la région, notamment les populations émigrées de ces pays. L'article d'Antoine Dumont est un exemple frappant de cette « internationalisation via la migration » du conflit de Gafsa. La fondation du « Collectif de Soutien aux Tunisiens de Redeyef » s'est faite dans la ville de Nantes car les originaires de cette région représentent une part importante de la population immigrée tunisienne de cette ville. La solidarité via la migration internationale n'est pas exempte de contradictions entre les acteurs. Les centaines de jeunes redehyefiens préféraient demeurer dans l'illégalité plutôt que de demander le statut de réfugié politique, comme le souhaitaient les activistes français. Un tel statut aurait exposé leur famille, restées en Tunisie, aux représailles du régime de Ben Ali.

Les collectifs des droits de l'homme ont donc contribué à « mondialiser » les sociétés de la région en diffusant la rhétorique internationale sur les droits de l'homme et la démocratie. Cette diffusion a eu notamment pour impact fondamental de modifier les modalités du langage contestataire dans ces pays.

Rhétorique internationale sur les droits de l'homme et hybridation du langage protestataire

La diffusion de la rhétorique internationale dominante a également été le fait des organisations internationales et des pouvoirs publics de ces pays pour améliorer leur image de marque dans le monde. Les implicites de ce discours et des pratiques y afférentes ont été mises en exergue et critiquées aussi bien sur le plan général (Stoker, 1998) que concernant les pays de la région arabe (Ben Néfissa, 2000). Toutefois, dans le contexte autoritaire de la région, il est possible de poser l'hypothèse que la nouvelle doxa internationale peut parfois constituer une fenêtre d'opportunité pour l'expression sociale et politique et ainsi constituer une des ressources mobilisables pour les acteurs de la région. Ces derniers reformulent ce langage en fonction de leurs conditions locales et nationales. Le parcours original de l'expression « société civile » dans cette région du monde est, de ce point de vue, significatif. Introduite dans les années 1980 par les élites intellectuelles de l'opposition « laïque », elle fait aujourd'hui partie du vocabulaire politique, aussi bien des pouvoirs publics de la région, que des médias et des acteurs politiques islamistes qui se proclament les acteurs principaux et véritables des sociétés civiles. L'expression *mujtama' madani* (société civile) fait partie du langage et « l'autonomie-de-la-société civile » légitime non seulement des discours multiples, mais aussi des actions et des pratiques. Ces effets de réel sont d'autant plus importants qu'ils sont l'objet d'enjeux de taille en rapport avec l'aide internationale à la société civile. Mais ils recouvrent également des enjeux symboliques, économiques, politiques, religieux et identitaires sur le plan interne (Otayek, 2002 ; Pirotte, 2007).

Les articles qui composent le présent dossier apportent un nouvel éclairage au phénomène. Les modifications des politiques publiques des régimes de la région autour des thèmes bien cotés sur le plan international ont des répercussions multiples et ne sont pas sans conséquences sur les sociétés. Ces régimes sélectionnent ceux qui leur semblent comporter le moins de risques politiques. Le thème de la femme est l'un d'entre eux. De plus, en améliorant le statut des femmes, les régimes en place se positionnent comme des « modernistes » face aux « menaces islamistes ». Les différentes réformes positives du statut de la femme, de la famille et de l'enfance dans certains pays de la région peuvent être considérées comme les « gages » de bonne volonté que ces régimes ont adressés aux bailleurs de fonds internationaux et à l'opinion internationale. C'est ce que montre avec éclat le texte de Nathalie Bernard-Maugiron

sur la réforme du Khul' (ou répudiation) en Égypte. Cette réforme a été introduite par le « haut », les mobilisations qui l'ont concernée ont été plutôt des mobilisations conservatrices et opposées avant qu'elle ne fasse partie désormais des pratiques sociales et juridiques des femmes égyptiennes.

La sélection de certains thèmes apparemment « inoffensifs » et leur diffusion par les importants appareils étatiques peuvent provoquer des mobilisations collectives inattendues de la part d'acteurs multiples. Ces thèmes peuvent faire l'objet de réappropriations particulières qui contribuent à les politiser et à leur donner une charge subversive qu'ils n'avaient pas. C'est le cas du conflit qui a opposé la population du gouvernorat de Damiette à l'État égyptien autour du projet d'installation d'une filiale de l'Usine « Agruimm » d'engrais chimiques. Suite à l'information sur les risques de pollution de l'environnement par les organisations de la société civile et les acteurs politiques et sociaux, une mobilisation sociale a touché des catégories importantes de la population de Damiette pour s'opposer à cette installation, faisant ainsi reculer le régime. Il est vrai que l'installation de cette usine menaçait également les intérêts d'une partie du secteur privé économique, notamment les promoteurs immobiliers de la région (Touhami, 2010).

L'Égypte a également montré comment la multiplication exponentielle des mouvements et des protestations sociales est intervenue juste après la riche période politique de 2005, avec notamment l'apparition de Kifaya (Ben Néfissa, 2007) sur la scène nationale et l'importance centrale que la question des réformes politiques a prise dans le pays durant cette période. Mais plus important encore, la diffusion du répertoire international a eu pour conséquence de concurrencer, partiellement du moins, le répertoire normatif islamiste. Ce dernier doit sa position dominante à l'impact des mouvements islamistes dans la région et à une sorte d'islamisme d'État développé par les régimes en place dans le cadre de l'échec de l'ensemble des idéologies des États post-coloniaux de la région, qu'il s'agisse du nationalisme, du socialisme arabe ou du panarabisme.

C'est ce que montre l'article de Nathalie Bernard-Maugiron sur le droit de la famille en Égypte. La Loi islamique comportant un nombre important de dispositions juridiques relatives au statut personnel, l'ensemble des acteurs se sont positionnés à l'intérieur de ce cadre pour formuler et adopter des réformes positives pour le statut de la femme. Le répertoire normatif islamique peut être concurrencé par d'autres

répertoires religieux et communautaires. Il est significatif qu'aujourd'hui, en Égypte, le répertoire normatif copte soit clairement revendiqué par certaines instances communautaires.

Mais le répertoire islamique et également nationaliste a été concurrencé par le répertoire normatif des droits de l'homme et de la citoyenneté. Si le « sacre des droits de l'homme » est à la fois le signe de la victoire de la démocratie et de sa remise en cause (Gauchet, 2002) en contexte autoritaire, ce répertoire peut faire l'objet de reformulations diverses pouvant constituer des fenêtres d'opportunités pour les mobilisations sociales et politiques.

Les révolutions tunisiennes et égyptiennes ont étonné l'opinion internationale car le langage protestataire de leurs acteurs a attesté de la perte d'efficacité des idiomes islamistes et nationalistes. Un tel constat est vrai et il est d'une importance capitale. Il met en exergue le phénomène de « l'hybridation idéologique » qui « travaillait » ces sociétés de manière lente et qui est apparue au grand jour sur les écrans de télévision du monde entier. Cette hybridation a affecté le discours islamiste lui-même, comme le montrent les travaux de Patrick Haenni sur les nouveaux prédicateurs (Haenni, 2005). Elle a également affecté le discours nationaliste. Le texte de Michaël Béchir Ayari à propos de la reformulation par les jeunes insurgés tunisiens de la rhétorique sur la « dignité nationale » en est l'exemple. Après avoir renvoyé à la lutte politique contre la colonisation puis à la lutte contre le sous-développement, « l'au-nom-de-la-dignité-nationale » signifiait, durant le soulèvement, la lutte contre le régime de Ben Ali et de sa famille.

Mobilisations, révolutions et état social

Une des thèses explicatives de la prolongation de l'autoritarisme politique dans les pays de la région se réfère à l'existence de « pactes sociaux et politiques » entre les sociétés et les régimes. Ces thèses éclairent le rapport au politique des mobilisations existantes dans la région. Si les théoriciens des mouvements sociaux ont posé depuis longtemps que le lien entre mécontentement et mobilisation n'a rien d'automatique, il n'empêche que, concernant les pays de la zone, les raisons « objectives » de mécontentement semblent multiples et elles sont aussi bien socio-économiques, que politiques et identitaires. Bien que les « ouvertures » politiques des décennies précédentes aient montré rapidement leurs limites, les questions sociales dépassent, dans

de nombreux pays de la région, la question du chômage et des conditions de travail pour porter également sur l'accès au logement, aux infrastructures de base et aux services collectifs sanitaires et éducatifs etc. (Longuenesse, Catusse, Destremau, 2005). Ce constat met l'accent sur l'importance d'analyser les « secrets » des équilibres sociaux et politiques dans ces pays. Un système autoritaire ne repose pas uniquement sur la répression. Il repose également sur des alliances, des transactions et des collusions avec la société (Hibou, 2006). De ce point de vue, l'analyste ne peut que signaler l'importance des travaux d'économie politique qui mettent l'accent sur les « faux » retraits des États dans les pays de la zone et sur leurs redéploiements sous d'autres formes et par d'autres méthodes. Les révolutions égyptiennes et tunisiennes ne remettent pas en cause ces analyses. Elles mettent l'accent, par contre, sur les interprétations littéralistes et conformistes auxquelles elles ont donné lieu.

Qu'est ce qui a provoqué en Tunisie la « force de la désobéissance » dont parle l'article de Larbi Chouikha et Eric Gobe ? Quels sont les « ratés » du système ? Quelles sont les couches sociales écartées de ces « pactes sociaux et politiques » à la fois. Les deux auteurs mettent l'accent sur l'affaiblissement de la capacité distributive de l'État tunisien, consécutive à la crise financière internationale de 2008. Il a ébranlé le « Pacte de sécurité » entre l'État et le peuple, principalement dans les régions de l'intérieur du pays et laissées pour compte des stratégies de développement des élites dirigeantes depuis l'indépendance. L'importance de la jeunesse diplômée et sans emploi comme actrice des mouvements sociaux et des révolutions est également significative. C'est notamment dans ce cadre qu'il importe de comprendre comment le rapport à l'État des sociétés de la région est traversé par des mouvements contradictoires. Si le « pluralisme par défaut », dont il a été question plus haut, desserre la relation à l'État, les nouvelles formes de l'interventionnisme étatique font par contre des appareils étatiques des « aimants sociaux », selon la belle expression de Philippe Droz-Vincent (2004).

Il serait erroné de penser que le « social » ne préoccupe pas les élites dirigeantes des pays de la Zone et il est même possible de dire que le traitement des questions sociales est érigé en question politique de la plus haute importance. Aux lendemains des indépendances, les analystes ont montré comment les « contrats sociaux » à cette période étaient basés sur le modèle d'un État modernisateur, interventionniste et redistributeur, à partir notamment de politiques sociales volontaristes (Destremau, 2005). La restriction des libertés politiques et publiques constituait une sorte de

contrepartie à cet interventionnisme de l'État sur le plan social. Ce dernier s'exprimait dans les domaines éducatif et sanitaire mais également par l'emploi public, les systèmes de sécurités sociales et les différents programmes de soutien à la consommation et d'assistance. Or, c'est l'ensemble de cet équilibre, largement lié aux revenus de la rente pour certains pays, qui a été perturbé par les mesures d'ajustement structurel imposé par la Banque mondiale dans les années 1980, prônant le retrait de l'État et les vertus du marché. Les fortes secousses sociales que certains pays de la zone ont connues à cette période, notamment en Algérie, en Tunisie et en Égypte, semblent intimement liées à cette rupture des « contrats » à la fois sociaux et politiques entre les sociétés et les États.

L'ouvrage dirigé par Didier Le Saout et Marguerite Rollin (1999) est un témoignage important sur les configurations et les caractéristiques que prennent les mobilisations sociales dans le cadre de ces pactes sociaux et politiques. René Galliso (1999) montre ainsi comment la violence contre l'État et ses symboles exprime en même temps une demande d'État et une intensité de l'aspiration à l'État. Cette intensité, poursuit-il, se retrouve dans le retournement contre l'État qui rend la manifestation émeutière possible, avant même la répression. Or, jusqu'à aujourd'hui, ce rapport à l'État imprime les formes et les espaces de la contestation et de la mobilisation. Les mobilisations tunisiennes et marocaines demandent-elles un réengagement de l'État ou s'affirment-elles contre l'ordre politique, se demandent Amin Allal et Karine Bennafla? Les modalités des protestations sociales égyptiennes penchent pour la première réponse. Leurs espaces d'expression le prouvent d'une certaine manière. Ces dernières se réalisent sous la forme des itinéraires de rassemblements devant les sièges des ministères, des gouvernorats et même des postes de police. C'est aux représentants de l'appareil d'État et des autorités administratives que les collectifs adressent leurs pétitions et doléances et c'est devant le gouvernorat de Sidi Bouzid que Mohamed Bouazizi s'est immolé par le feu.

Le dernier ouvrage concernant l'État social au Maghreb montre comment les redéploiements de l'action publique dans ces pays s'efforcent justement d'endiguer les possibles « débordements du social » (Catusse, Destremau, Verdier, 2010). Le devenir de l'État social constituera l'un des principaux paramètres de l'avenir politique des révolutions tunisienne et égyptienne. Les formes de l'interventionnisme étatique se sont multipliées. L'une d'entre elles est relative à la promotion de la « bonne société civile » par les régimes de la région. De ce point de vue, les reformulations de l'action publique

de ces pays autour de cette dernière et de ses organisations sont symptomatiques. C'est ce que montre, à partir de l'exemple du projet portuaire de Tanger-Med, le texte de Sabine Planel. Il illustre comment la « société civile », les nouveaux outils de l'administration publique (commissions, agences etc.) ainsi que la nouvelle démarche « décentralisatrice » et participative fonctionnent comme un système d'encadrement et de contrôle des sociétés, de blocage des mobilisations et, partant, de reformulation de modes de domination de l'État sur les sociétés. L'État descend mais ne se décentralise pas, dira l'auteur, et les mobilisations sociales sont conformistes et réactives. Sabine Planel met l'accent sur les limites de « l'accompagnement social » du projet portuaire par la Fondation Tanger Med pour le développement humain. Il bénéficie en priorité aux fonctionnaires et aux notables capables de saisir les nouvelles opportunités.

Les mêmes propos peuvent être émis pour d'autres pays, avec notamment le phénomène dominant des collectifs d'assistance et de bienfaisance sociale, terreau important des courants politiques islamistes. Encouragés par les pouvoirs publics de la région, ils ont contribué à la viabilité des pactes sociaux et politiques dont il vient d'être question. Ces organisations pratiquent effectivement de la redistribution et de l'entraide mais sous un mode clientéliste qui accentue la dépendance entre clients et patrons, qu'il s'agisse « d'hommes d'affaires » en liaison avec les partis aux pouvoirs, de notabilités locales ou de responsables locaux des oppositions islamistes. C'est ce que montre le texte de Marie-Noëlle Abiyaghi et Myriam Catusse pour le Liban. Il parle de « politique sociale par la décharge » à propos de l'entraide communautaire et patronale qui, tout en produisant un minimum de sécurité sociale et d'emploi, consolide la gratitude que leurs bénéficiaires peuvent éprouver à l'égard du parti ou du patron bienfaiteur. Les auteurs parlent de « pudeur du social » et de la difficulté de l'action collective autour des causes sociales au sein d'une société qui connaît pourtant des mobilisations politiques intenses à cause de la configuration particulière de l'État libanais et de la situation régionale.

L'accès à l'eau, au logement, à l'électricité et au gaz, et aux services sanitaires et sociaux nécessite des stratégies de proximité avec les pouvoirs publics et ce phénomène se retrouve dans les caractéristiques de certains corps électoraux. Ce sont les catégories sociales qui ont le plus besoin de l'État qui votent, à savoir le monde rural et les catégories sociales urbaines les plus défavorisées. C'est cette analyse qui explique notamment la très grande faiblesse des organisations partisans de l'opposition dans ces

pays. C'est autant la répression et le contrôle policier à leur égard qui expliquent leur faiblesse que la définition commune du « politique » dans ces pays, à savoir l'accès aux services sociaux et aux équipements collectifs dont les États gardent jalousement les clés, même si c'est par la médiation « d'homme d'affaires », eux-mêmes en mal d'accès à l'État et à ses marchés (Ben Néfissa, Arafat, 2005). Outre les conséquences politiques du traitement de la question sociale dans ces pays, il importe également de noter la prudence avec laquelle plusieurs régimes de la région opèrent certaines réformes dont ils peuvent penser, à juste titre, qu'elles peuvent constituer des risques sociaux et politiques à la fois. La réforme annoncée du système de l'assurance-maladie en Égypte est symptomatique de cette prudence. Bien qu'annoncée depuis l'année 2000, cette dernière n'a pas encore été adoptée et le gouvernement égyptien a régulièrement reporté son adoption (Clément, 2010).

Outre cette prudence à la fois sociale et politique, il importe de remarquer la différence des réponses que les régimes de la région accordent aux mobilisations « sociales » par rapport aux mobilisations politiques. C'est ainsi que les mobilisations sociales parviennent parfois à modifier certaines politiques publiques comme le montrent les exemples analysés par Amin Allal et Karine Bennafla. Suite aux « événements » de Gafsa et de Sidi Ifini, le régime tunisien a initié un nouveau plan de développement pour la région et le régime marocain a élevé la région au rang de préfecture. Ces dernières années, les pouvoirs publics égyptiens ont remis en cause leur traditionnelle gestion sécuritaire des mobilisations collectives parce qu'elles sont strictement sociales, catégorielles et ne sont pas reliées à des organisations politiques, qu'il s'agisse des organisations politiques de gauche ou des Frères musulmans. Et telle est l'une des particularités des mouvements sociaux dans les pays de la zone, à savoir leur absence de traduction et d'encadrement de la part des oppositions politiques. La montée des protestations sociales en Égypte a suscité un étonnement général de la part de la classe politique au pouvoir et dans l'opposition reconnue ou non reconnue, y compris les Frères Musulmans égyptiens. L'analyse de Houssam Tamman et de Patrick Haenni (2009) sur les rapports entre les Frères musulmans égyptiens et la question sociale a montré à quel point ces derniers sont mal à l'aise avec le phénomène.

Leur vision de la réforme sociale et politique est principalement axée sur la réforme religieuse de l'individu (Ben Néfissa, 2002). Outre cette absence de liens entre les protestations sociales et les courants politiques existants, il convient également de

noter le phénomène des « alliances ambiguës » (Mathieu, 2004) entre les acteurs politiques et les acteurs des mobilisations sociales à cause des différences « d’agendas » des uns et des autres. La parole protestataire dans les pays de la région est en réalité très diverse. Le langage de la morale et de la religion caractérise les mouvements sociaux des milieux les plus défavorisés car il s’agit peut-être du seul langage disponible. Avant les chutes de Ben Ali et de Moubarak, le caractère « non politique » de l’action protestataire est affirmé de manière ostentatoire par ses acteurs. Les « revendications sont reformulées dans un discours complexe, chargées d’affect et évoquées en termes d’ingratitude et d’injustice » notent Amin Allal et Karine Bennafla, et « les énoncés des revendications minimisent leur contenu politique ».

Dans les milieux instruits, comme celui des fonctionnaires des impôts ou des enseignants du secondaire, ou bien des jeunes diplômés au chômage, le langage protestataire parle de justice sociale et de « lutte pour la dignité ». L’article de M. Ayari montre comment le cadrage des griefs en termes de « lutte pour la dignité » a permis une opération de montée en généralité et d’alliance entre les différentes catégories sociales dans le soulèvement tunisien : jeunes chômeurs, avocats, juges, journalistes et opposants politiques. D’une certaine manière, les particularités du langage protestataire ont annoncé les configurations de la révolution tunisienne et égyptienne, à savoir leur absence de « leadership politique, idéologique et humain ». À partir de là, peut-on parler de « vraie » révolution et si oui, quelle est donc sa « nature » : sociale, politique ou civile ? C’est à cette question que tente de répondre l’article sur la révolution égyptienne. Mais ce qui est certain, c’est que la « dénégaration » du caractère politique de la parole protestataire dont parlent Amin Allal et Karine Bennafla est un subterfuge de langage de la part d’acteurs qui ont parfaitement intégré les limites posées par les régimes et les appareils sécuritaires à l’action contestatrice. Si cette hypothèse est juste, rien n’interdit alors de considérer les mobilisations sociales des pays de la région comme des formes d’accès au politique ou comme de la « politique autrement », à l’instar des autres pays du monde. À l’heure de l’hybridation du politique, il est parfaitement légitime d’analyser les mobilisations existantes dans les pays de la région comme des formes d’expression politique et de rappeler ainsi que la dépolitisation des institutions politiques ne signifie pas forcément la dépolitisation sociale.

Les révolutions tunisiennes et égyptiennes ont confirmé cette analyse car elles ont fait voler en éclat la retenue du langage.

Bibliographie

Anderson J. W., Eickelman D. F., 2009, « Nouveaux médias et nouveaux publics » in Gonzalez-Quijano Y., Gaaybess T. (dir.), *Les Arabes parlent aux Arabes*, Paris, Sindbad/Actes Sud, pp. 21-28.

Ben Néfissa S., 2000, « NGOs, Governance and Development in the Arab World: Discussions Paper », *Management of Social Transformations*, n 46, Unesco-Most, p. 1-32.

Ben Néfissa S., 2002, « Citoyenneté morale en Égypte : une association entre État et Frères musulmans » in Ben Néfissa S., en collaboration avec Hanafi S. (dir.), *Associations et pouvoirs dans le monde arabe*, Paris, CNRS éditions, pp. 147-179.

Ben Néfissa S., 2007, « “Ça suffit ?” : Le “haut” et le “bas” du politique en Égypte », *Politique africaine*, n 108, pp. 5-24.

Ben Néfissa S., 2011, « L'Égypte saisie par la fièvre », *Le Monde diplomatique*, février.

Ben Néfissa S., Arafat A., 2005, *Vote et démocratie dans l'Égypte contemporaine*, Paris, Khartala/IRD, 279 p.

Klaus E., Hassabo C. (dir.), *Chroniques égyptiennes*, LeCaire, Cedej, pp. 59-86. Clément F., 2010, « La protection sociale en Égypte en question », Conférence du 11 mai 2010 du séminaire « Questions sociales, politiques publiques et réformes en Afrique du Nord et au Moyen Orient », IISMME.

Destremau B., 2005, « État des lieux de la protection sociale dans la Méditerranée méridionale et orientale » in *Sécurité sociale : facteur de cohésion sociale, actes de la conférence euroméditerranéenne* (Limassol, Chypre, 27-28 mai 2004), éditions du Conseil de l'Europe, pp. 9-47.

Droz-Vincent P., 2004, « Quel avenir pour l'autoritarisme dans le monde arabe ? », *Revue française de science politique*, n 6, vol. 54, pp. 945-978.

Gallissot R., 1999, « Émeutes : ordre étatique et désordre social » in Le Saout D., Rollin M. (dir.), 1999, *Émeutes et mouvements sociaux au Maghreb*, Paris, Karthala/Institut Maghreb Europe, pp. 19-46.

Gauchet M., 2002, *La démocratie contre elle-même*, Paris, Gallimard, 385p.

Gonzalez-Quijano Y., Gaaybes T., 2009, *Les Arabes parlent aux Arabes. La révolution de l'information*, Paris, Sindbad-Actes Sud.

Haenni P., 2005, *L'islam de marché, L'autre révolution conservatrice*, Paris, LeSeuil.

Hibou B., 2006, *La force de l'obéissance, Économie politique de la répression en Tunisie*, Paris, La Découverte, 363 p.

Legeay H., 2007, « La citoyenneté des bahaïs : l'identité égyptienne en procès », *Politique africaine*, n 108, pp. 86-105.

Longuenesse E., Catusse M., Destremau B. (dir.), 2005, *Le travail et la question sociale au Maghreb et au Moyen Orient*, numéros spécial de la *Revue des Mondes Musulmans et de la Méditerranée* (REMMM), n105-106, Aix en Provence, Édisud.

Mathieu L., 2004, *Comment Lutter ? Sociologie et mouvements sociaux*, Paris, Les éditions Textuel, 206 p.

Mohsen-Finan K., 2009, *Les médias en Méditerranée, Nouveaux médias, monde arabe et relations internationales*, Arles, Actes Sud, 398p.

Neveu E., 2009, « Les médias, acteurs des mobilisations », Communication à la table ronde «Mobilisations collectives, Médias et Gouvernance en Égypte » organisée par le Cedej, IRD-UMR 2001, Centre des études politiques et stratégiques d'Al Ahram, le Centre égyptodanois pour le dialogue, Le Caire.

Otayek R., 2002, « Vu d'Afrique. Société civile et démocratie. De l'utilité d'un regard décentré », Revue internationale de politique comparée, vol. 9, n 2, pp. 193-212.

Picard E., 2006, « Les liens primordiaux, vecteurs des dynamiques politique » in Picard E. (dir.), La politique dans le monde arabe, Paris, Armand Colin, p. 55-77.

Pirotte G., 2007, La notion de société civile, Paris, La Découverte.

Santucci J.-C., 2006, « La place et le rôle des systèmes partisans dans les évolutions du champ politique » in Picard E. (dir.), La politique dans le monde arabe, Paris, Armand Colin, pp. 149-170.

Stoker G., 1998, « Cinq propositions pour une théorie de la gouvernance », Revue internationale des sciences sociales, n 155, Paris, UNESCO/érès.

Tarrow S., 2007, « Cosmopolites enracinés et militants transnationaux », Lien social et politiques, n 58, p. 87-102.

Touhami A., 2010, « La protestation contre le projet "Agrium" » in Chahata D. (dir.), Le retour du politique : les nouveaux mouvements de protestation en Égypte, Texte en arabe, Centre des études politiques et stratégiques d'Al Ahram, Le Caire, pp. 213-244. 20 N

Parte III - Depois da tormenta...

7. Democracy on ice: a post-mortem of the Icelandic constitution

Autor: Thorvaldur Gylfason

Data: 19/06/2013

Fonte: <http://www.opendemocracy.net/can-europe-make-it/thorvaldur-gylfason/democracy-on-ice-post-mortem-of-icelandic-constitution>

In spite of clear popular support, Iceland's new crowd-sourced constitution was recently killed by politicians. An ex-member of the constitutional council sheds some light on what happened - and why there might still be some hope for this unique experiment.

Iceland earned the respect of many observers of democracy around the world when, after the financial crash of 2008, its parliament decided to go back to basics and revise the country's constitution. A constitutional overhaul was long overdue. For nearly 70 years, Iceland's political class had repeatedly promised and failed to revise the provisional constitution of 1944, which was drawn up in haste with minimal adjustment of the 1874 constitution as part of Iceland's declaration of independence from Nazi-occupied Denmark. Clearly, the 1944 constitution had not prevented the executive overreach and cronyism that paved the way for the corrupt privatization of the Icelandic banks from 1998 to 2003 - and their subsequent crash a few years later.

Collective intelligence

Faced by pots- and pans-banging crowds in Parliament Square in Reykjavík in late 2008 and early 2009, the politicians admitted failure, accepting the protesters' demands for, among other things, a new constitution.

The new post-crash government that came to office in early 2009 – the first majority government to include neither the centre-right Independence Party nor the agrarian Progressive Party – decided to break new ground by asking the people, not the politicians, to draft a new constitution. To this end, the parliament appointed a constitutional committee of seven to prepare the ground and organize a national assembly comprising 950 individuals drawn at random from the national registry.

The national assembly, organized in 2010 in accordance with the notion of Collective Intelligence,[1] concluded after a day's deliberations in November that a new constitution was called for and ought to contain certain key provisions concerning, e.g., electoral reform and the ownership of natural resources, for a long time two of the most contentious political issues in Iceland. In October of that year, the government also held a national election to a constituent assembly to which 25 individuals were elected from a roster of 522 candidates from all walks of life, most of them with no particular political or special interest affiliations.

With the constituent assembly about to start its work in early 2011, some opposition politicians could not conceal their displeasure. The conclusion of the national assembly constituted an unequivocal appeal for the revocation of privileges – e.g., the privileges of those who benefit from unequal access to the country's common-property natural resources as well as from unequal voting rights. Understandably, the prospect of 25 individuals over whom the political parties had no control being about to begin their work guided by a legal mandate to revise the constitution in broad accord with the conclusions of the national assembly made some politicians uneasy.

Obstacles

What happened next? Three individuals with documented connections to the Independence Party, Iceland's largest political party until the crash of 2008, filed a bizarre technical complaint about the way the election to the constituent assembly had been conducted. On the basis of these complaints, six Supreme Court justices, five of whom had been appointed by successive ministers of justice from the Independence Party, declared the election null and void - even if no one had ever claimed that the results of the election were at all affected by the alleged technical flaws.

Never before had a national election in a fully fledged democracy been invalidated on technical grounds. The parliament reacted to the ruling by appointing the

25 representatives who had received the most votes to a constitutional council, thereby changing a popularly elected assembly into one appointed by parliament. The opponents of constitutional change celebrated victory and thereafter used every opportunity to undermine the creditworthiness of the council.

The opposition was not confined to the Independence Party. The Progressives, who had previously expressed strong support for a new constitution, changed course and joined the opposition to reform. Even within the new governing coalition of the Social Democratic Alliance and the Left-Green Movement, there were pockets of passive resistance to change as well as among some academics apparently disappointed that *they* had not been asked to rewrite the constitution.

Whence the fierce opposition to constitutional reform? The chief opponents were the usual suspects: the political allies of special interest groups such as the fishing vessel owners whom the politicians had turned into a state within the state through *gratis*, or practically *gratis*, allocation of valuable fishing licenses. The opposition also came from politicians who would not stand much chance of being reelected to parliament under the principle of 'one person, one vote' (as the current system requires much more votes to be elected as an MP in Reykjavik than in one of the more rural areas). Indeed, constitutionally protected national ownership of natural resources and electoral reform to ensure 'one person, one vote' were the two principal hallmarks of the bill.

But the constitutional council paid no attention to any of this. Within four months, it produced a constitutional bill incorporating virtually all the conclusions of the national assembly, and approved the bill unanimously by 25 votes to zero, no abstentions, and delivered the bill to parliament in mid-2011. In the course of preparing the bill, the council sought and received the advice of numerous experts in different areas as well as from ordinary citizens who were invited to offer their comments and suggestions on the council's interactive website. Representatives of special interest groups, unused to not being invited to exclusive legislative meetings, did not respond to this open invitation to the public. After the bill was completed, they could not rightly complain that they had not been consulted.

After delivering the bill to parliament, the constitutional council disbanded. The parliament took over, seeking further comments from local lawyers as well as, ultimately, from the Venice Commission. The parliament was encouraged to translate the

bill into English so as to be able to solicit foreign expert opinion, but failed to respond. Instead, a translation was arranged and paid for by the Constitutional Society, a private nonprofit organization. This translation made it possible for world-renowned constitutional experts such as Prof. Jon Elster from Columbia University and Prof. Tom Ginsburg from the University of Chicago to express their helpful views of the bill.

Referendum

The bill was brought to a national referendum in late 2012. Initially, the parliament intended the referendum to coincide with the presidential election in June 2012 to secure a good turnout, but the opposition Independence Party and Progressive Party resorted to filibuster to thwart this plan, holding parliament hostage for days and weeks on end.

At the same time, they complained about not having enough time to consider the bill – which was, of course, largely due to their reluctance to accept and follow the constitutional process. When the Independence Party leader was reminded of the classic example of *chutzpah* (this is when you murder your parents and ask for mercy on the grounds that you are an orphan), he complained about being unfairly likened to a murderer.

Nevertheless, the referendum was delayed until October 2012. Voter turnout was 49 percent. No less than 67 percent of the electorate declared their support for the bill as well as for its key individual provisions such as national ownership of natural resources (83 percent said Yes) and equal voting rights, meaning one person, one vote (67 percent said Yes). By inviting the voters to accept or reject the bill *in toto* (specifically, the first question on the ballot was: “Do you want the proposals of the Constitutional Council to form the basis of a legislative bill for a new Constitution?”) as well as its key individual provisions, the parliamentary majority was able to say to the bill’s opponents: Look, the voters support both the bill as a whole *and* its key provisions. In view of the results, parliament decided to suggest only changes of wording where considered necessary and to abstain from substantive changes (except concerning the church where the voters did not accept the formulation in the bill). The people had spoken.

Further obstacles

The path forward, however, proved tricky. Three of the seven members of the constitutional committee which had been fairly unanimous in its work criticized the bill, unmoved by the result of the referendum, conducting themselves *ex post* like agents of the parliamentary opposition to the bill. The majority of four is known to support the bill and to respect the result of the referendum. A committee of lawyers asked by parliament to suggest only changes of wording went beyond its mandate by, among other things, suggesting substantive changes to the natural resource clause in a poorly disguised attempt to thwart the intent of the constitutional council and the will of the voters as expressed in the referendum. The council had made it clear in its proposed constitutional provision as well as in its supporting documents that the allocation of fishing quotas does not bestow on the recipients of such allocations any private property rights to the common-property resources. To its credit, the parliamentary committee in charge restored the council's original formulation.

There was no dearth of academic viewpoints on the council as five of its 25 members were professors and three others were junior academics. But unlike the many academic experts who generously offered their help and advice to the council during its four months of intensive work in 2011, a few others were less forthcoming.

It was only after the October 2012 referendum that some of the unsupportive academics stepped forward with critical comments on the bill, presented in newspaper articles and television interviews as well as at a series of conferences organized by some universities. The criticism offered was generally of low quality on top of being late, reflecting personal opinions rather than academic research as well as total disregard for the timetable laid down by parliament.

In a newspaper interview, after the referendum, one professor called the council “completely illegitimate,” adding that “a certain elite” (presumably including himself) should rewrite the constitution. The poor timing of this late criticism is noteworthy because the Alliance for a New Constitution, a private association established to explain the constitutional bill to the voters before the referendum, had written to the rectors of the universities ahead of the referendum, asking them to encourage their experts to contribute to public debate on the bill. Their reaction appeared only after the referendum. It seems that the dissenting academics hoped the bill would be rejected in the referendum and thought it unnecessary to discuss it.

Endgame

A month after the referendum, parliament at last asked the Venice Commission for its reaction to the bill. In record time, Venice produced a draft report with various suggestions, several of which the relevant parliamentary committee decided to incorporate into the bill. The bill was now ready for a final vote in parliament. A majority of 32 MPs out of 63 declared in public and in writing that they supported the bill and wanted it passed before parliament was dissolved in time for the April election. Based on earlier related votes in parliament, it seemed likely that only fifteen or twenty MPs would vote against the bill; the October 2012 referendum was approved by 35 votes against fifteen, with thirteen abstentions. Victory seemed assured.

Or was it? The main opposition parties, the Independence Party and the Progressives, threatened a final act of filibuster, a tactic they had used successfully to delay the 2012 referendum and to derail and destroy various other legislative initiatives of the government. (In a telling comparison, one pro-constitution bill MP likened her attempts to get work done in parliament to trying to file her income tax return with monkeys at the kitchen table.) The government majority behind the bill, including a small opposition party, the Movement, did have the legislative means to stop the filibuster to prevent time from running out but they were reluctant to do so, even if it was clear that failing to do so would kill the bill.

I received advance warnings from MPs that the bill would not be passed; “I smell sulfur,” one MP wrote to me. Some council members with good connections to parliament had warned all along that parliamentary support for the bill was rather weak. The strategy of the Alliance for a New Constitution was to force the issue into the open. We understood from the outset that in a secret ballot the bill might fail in parliament; after all, rising against the fishing vessel owners in Iceland has been described as “suicide” for rural MPs.

Parliament does not vote in secret, however, and this was key. In an attempt to ensure that the constitutional bill would have to be brought to a vote, Margrét Tryggvadóttir MP presented the bill put forward by the parliamentary committee in charge (of which she was a member) as an amendment to another related last-minute bill. But the president of the parliament put the last-minute bill to a vote without first presenting the amendment, thereby failing to bring the constitutional bill to a vote, in

violation of parliamentary procedure. This happened at 2 A.M. on the morning of the last session of parliament before recess. The enemies of constitutional reform carried the day and democracy was put on ice. The government blamed the misbehaving opposition for the debacle, while the outgoing prime minister who had launched the process in 2009 said this was the saddest day of her 35 years in parliament.

More ice, then thaw

The April 2013 election produced a coalition government of the Independence Party and the Progressives, the two parties that privatized the banks *à la Russe* and set the stage for the crash of 2008. The parties represented in parliament hardly mentioned the constitution in the campaign; they wanted to avoid the subject. The Progressives won the election by promising instant household debt relief. In office, the first thing they did – surprise, surprise – was arrange instant tax relief for the vessel owners. It is clear that the two parties have no intention of reviving the constitutional bill. To them, it does not matter that 67 percent of the electorate expressed support for the bill and its key provisions. Further, they have decided to put Iceland's 2009 application for EU membership on ice. Expect more ice to come.

As always, however, there will be a new parliament after this one. One day, most probably, the constitutional bill approved by the people of Iceland in the 2012 referendum or a similar one will become the law of the land. Stay tuned.

[1] The 2010 assembly was modeled on a privately organized national assembly the year before.

8. A democracia na praça: dois anos de protestos na Espanha

Autor: Germán Labrador Méndez

Data: 08/2013

Fonte: <http://revistapiaui.estadao.com.br/edicao-83/carta-de-madri/a-democracia-na-praca>

VOZ DE MULHER EM ASSEMBLEIA – *Todos e todas aqui somos superimportantes. Por favor, isso não vai voltar a acontecer em muito tempo. É agora que temos o poder, e o mundo inteiro está olhando para nós.*

POVO DE MADRI – *A revolução começou. A revolução começou. A revolução começou.*
Assembleia da Porta do Sol (Madri), 17 de maio de 2011.
(Retransmitida de um celular por Juan Luis Sánchez.)

Dois anos e três meses. E eu me surpreendo ao voltar mais uma vez aos fragmentos do Movimento 15 de Maio, o 15-M, flutuando como vídeos no hiperespaço. Transcritas desse modo, as vozes adquirem o fulgor do teatro clássico, oráculos, cidades longínquas e os coros de seus povos em transe. Imagino que seja essa a consciência da revolução, que convida a falar assim, *sabendo-se olhados pelo mundo*. Essa jovem sem nome diz cinco palavras-chave, sem hesitar: *tempo, poder, mundo, olhar, isso* (e *isso* quer dizer *revolução*). De onde ela tira a voz para dizê-las? “Este é um momento histórico”, afirmarão outros entre os milhares de pessoas reunidas na Porta do Sol, a praça no Centro de Madri, na tarde de 17 de maio de 2011. Esse era o momento em que os protestos *transbordavam*, lá e em outras treze cidades espanholas, transformando as manifestações dos dois dias anteriores (15 e 16 de maio) numa insurreição coletiva e pacífica, que ultrapassou as proibições do Estado, a repressão policial e as tentativas da Justiça Eleitoral de submeter a cidadania indiferente ao calendário das iminentes eleições locais do domingo seguinte, dia 22.

(...) *O mundo está olhando para nós.* Mas de que lugar? Eu os vi de outro continente, sob outra hora. Instalado no meu fuso, corrigia provas, e via a Porta do Sol ao vivo pelas câmeras de vigilância da companhia de trânsito, que logo seriam desligadas pelas autoridades. Vista *de cima*, a multidão ocupava o espaço como um líquido denso, transformando com seus corpos (como se tivesse nevado) o *skyline* madrileno, cujo novo aspecto (ou já o tínhamos visto antes?) parecia o de uma paisagem alagada em que as marcas do território (publicidade, faixas de trânsito e de pedestres, vitrines, comércio) desaparecem. O espaço emerge então livre de rastros como cenário de uma nova potencialidade política. Nas praças também havia jornalistas, mídias alternativas e cidadãos anônimos, retransmitindo com suas câmeras, *de baixo*, e lá não havia sinal de formas monstruosas ou massas contínuas, só pessoas que falavam, aplaudiam, diziam coisas umas às outras, e afirmavam: “Vivemos em democracia. Somos o povo.”

Onde estavam todos poucos meses antes, na época da erosão acelerada do Estado de bem-estar, quando a social-democracia espanhola assumia publicamente a distância entre suas promessas (“Cortar direitos, nunca”, dissera o então primeiro-ministro José Luis Zapatero) e suas ações? Quem eram aquelas mulheres, aqueles homens, de início muito jovens, e gradualmente de todas as idades, que tinham se reunido nas praças? “Pensávamos que não existíamos”, diria alguém, e esse passado se refere aos anos do “*boom* imobiliário”, da bonança macroeconômica, dos excessos, enquanto a desigualdade crescia, o poder aquisitivo caía, o trabalho se precarizava, a dívida e a corrupção aumentavam e o país era inundado por um mar de concreto, que também transformava o território, apagando outras marcas (do mundo agrícola, do mundo industrial, do mundo natural). Uma maré de capitais que, ao refluir, deixou cidades inóspitas de casas sem gente, infraestruturas ultramodernas inúteis, os arranha-céus mais altos da Europa inacabados à beira-mar, como as marcas do mar na areia, ou como conchas estranhas.

Vistas do mundo, as pessoas que eu conhecia do meu país eram as mesmas que estavam lá, em todas aquelas praças? O entendimento mútuo e imediato entre os manifestantes na praça tornou-se um tema importante para o 15-M, nome do ciclo de protestos iniciado há mais de dois anos. Sob a sigla 15-M, entendem-se pelo menos quatro coisas: a) uma experiência histórica coletiva (um tempo); b) um movimento político-social; c) uma linguagem, certas práticas e uma filosofia e d) um acontecimento

histórico concreto. A questão do *reconhecimento mágico* afeta todas elas e, para explicá-lo, os intérpretes do movimento insistiram muito em dois elementos combinados: a busca da inclusividade (a vontade de ressaltar os elementos comuns) e a neutralização estratégica das identidades sociais preestabelecidas por meio de máscaras políticas, algumas icônicas (como a de Guy Fawkes em *V de Vingança*), outras linguísticas (“Somos cidadãos e cidadãos comuns”).

Para reconhecerem-se juntos e iguais como um sujeito político novo se requer algo assim como *um estado de graça* sobre o qual é preciso aprender a falar, e falar sem parar (nada é mais importante para os enamorados que seu próprio amor, nada importa mais aos *emplazados* que a própria praça). As pessoas que falavam naquelas jornadas pareciam iluminadas. Lúcidas. Virtuosas. Suas palavras adquiriam uma espécie de brilho que a vida diária, mais pobre, limitada, cega, não comporta.

(...) O conjunto desses fragmentos poéticos construiu uma cultura poética. Toda cultura poética é feita de fragmentos. Não lembramos poemas inteiros com a mesma facilidade que nos comove um verso de Horácio ou da Nação Zumbi. As culturas poéticas (e mais ainda as de caráter oral) tendem a ser potencialmente inclusivas: qualquer um pode recorrer a elas para organizar sua experiência com versos. O 15-M funciona com essa lógica: seus versos são incorporados e usados. Vemos seus lemas e tuítes circular, aparecerem, reaparecerem em protestos globais. Muitos já estavam lá anteriormente, vêm de outro tempo, vão para outro tempo. Reaparecem nas praças da Turquia (“A revolução não será televisionada”), nas ruas do Brasil (“Desculpe o transtorno, estamos mudando o país”, “Formatando o Brasil em 3, 2, 1...”). (...)

Desde o início, os protestos foram nostálgicos de si mesmos (“Ninguém poderá descolar essas mensagens da sua cabeça quando o último cartaz cair”), acho que para ocupar o próprio tempo que se abria à frente, desconhecido, para encontrar um lugar no futuro de onde pudesse olhar e entender tudo aquilo (“O que você vai dizer quando seus filhos perguntarem onde você estava? Assistindo televisão?”). *Tempo, olhar, revolução*. Falar destes dois últimos anos na Espanha obriga a voltar a olhar para a Porta do Sol. É o Big Bang do tempo de protestos que vivemos: lá *é criado o novo tempo* (“Dormíamos. Acordamos. Praça tomada”, “Este Sol já não se põe”), a semente de todas as linhas de ação política que surgiram nestes dois anos pode ser reconhecida na pluralidade das assembleias e cartazes. Usando uma metáfora futebolística: as pessoas viviam como se um novo jogo estivesse começando, com o placar zerado.

A revolução tornou-se inadiável porque surgia de um conjunto de percepções históricas combinadas. De um lado, a sensação de que, nos últimos anos, o campo de decisão política se deslocou das instituições democráticas locais para o âmbito financeiro transnacional, com a consequente perda de soberania dos cidadãos (“Quem manda são os mercados, mas eu não votei neles”). Esse processo, também nas sociedades do sul da Europa, se deu por meio da mercantilização da vida. “Se você comprar uma vida, nunca vai acabar de pagá-la”: nos anos de bonança, a circulação do crédito pessoal (imobiliário e de consumo) aumentava, num desenho em que os planos individual e macroeconômico se articulavam numa mesma relação entre tempo, dívida e consumo que, nas praças, era subitamente interrompida (“Você nunca vai ter uma casa na merda da sua vida”).

Quando as pessoas se viram reunidas nas praças, entenderam que deviam se opor, ao mesmo tempo, ao alijamento da cidadania, à substituição da política pela *gestão* e ao adiamento da vida em nome do consumo. Dessa necessidade de engajamento surge a utopia poética de uma *revolução inadiável*. A dívida pode crescer sem limite, mas nosso tempo é limitado.(...)

Nos protestos de 2011, os cidadãos convocaram seus representantes a atender suas demandas destituindo-os simbolicamente. Pediram o divórcio. Em julho, os representantes políticos simbolicamente destituídos mandaram a polícia contra os cidadãos. Estes foram expulsos da praça: a polícia desalojou gradualmente os acampados e, aproveitando a visita do papa a Madri durante a Jornada Mundial da Juventude (curioso paralelismo com o Brasil), removeram o acampamento da Porta do Sol. Dois meses depois, não sem resistência, perderam-se os demais acampamentos. A perda das praças foi um trauma coletivo para o movimento. Toda a ação posterior tem a ver, em boa medida, com a assimilação dessa derrota, com a tentativa de vivê-la positivamente, com a passagem de “uma lógica de posições para uma lógica de movimentos” (A. F. Savater), com a necessidade de evoluir. A saída das praças marcou o início de outro tempo. Sua referência inevitável é a narrativa da expulsão bíblica do Jardim do Éden político.

Desde então, os “quinze-maíistas” vagam deslocados, *desplazados*. Depois dos acampamentos, começou toda uma série de *marchas indignadas*, nas cidades, no país. Alguns grupos também marcharam pela Europa. A noção de deslocamento é hoje central dentro do movimento. Para sua *intelligentsia* também, e cada um a teoriza como

pode. Sua referência atual é a narrativa do êxodo bíblico. Os movimentos sociais vagueiam pelo deserto do presente, com a promessa de que, se perseverarmos, chegaremos um dia à Terra Prometida da *República dos 99%*.

No outono de 2011 houve eleições gerais. O 15-M sugerira duas linhas de ação: o não voto de Javier Krahe (“Por que votar em vocês, se são os mercados que mandam?”), “Se votar servisse para algo, seria considerado ilegal”) ou a dispersão do voto, para quebrar a lógica bipartidária que teria sequestrado a vontade popular (“Democracia na Espanha = transtorno bipolar crônico”). Nenhuma das duas opções teve impacto significativo nos resultados. O importante foi que, quase sem ganhar votos (5% a mais), o Partido Popular, da direita, arrasava nas eleições de 20 de novembro.

Isso permitia não ter plena consciência de que a força hegemônica na cultura espanhola da democracia (o Partido Socialista Operário Espanhol de Felipe González e Zapatero) tinha desabado. Perdera 40% do seu eleitorado, recebendo a pior votação de sua história democrática. E as elites do PSOE pareciam contentes de perder! Nem se deram ao trabalho de explicar os resultados (“A causa foi uma crise intensa e muito instável” junto com “erros de gestão e de comunicação”). Depois de varrer o Acampamento do Sol, preferiam deixar para outros a tarefa de acabar com o Estado do bem-estar social, considerada a forma europeia da democracia, Estado que eles mesmos ajudaram a criar e se negaram a defender.

Para muitos, o 15-M significou o final (definitivo?) do *casamento de conveniência* que uma grande parte da “esquerda sociológica” espanhola mantinha com o PSOE, acordo tácito que permitia aos cidadãos votar ou não nessa sigla em diferentes contextos históricos, movidos por uma mescla de afetos cívicos, cálculos eleitorais, cumplicidades ideológicas e vantagens econômicas. No fundo, parte dessas classes médias acreditava que a visão de mundo do PSOE, com todas as suas contradições ideológicas e morais, e talvez justamente por causa delas, era a garantia da qualidade de seu bem-estar material nas últimas décadas. É a esse casamento sem amor que Javier Krahe põe um fim, justo quando o dinheiro acaba, e a maneira de dividi-lo também muda. Boa parte dos filhos universitários dessa geração, que desde o início do século se viu privada do acesso àquele bem-estar, não estabeleceu compromissos tão intensos com aquele pacto de origem.

O pensamento político da social-democracia espanhola foi fundamentalmente paternalista. Não viu seus representados como cidadãos de pleno direito. O próprio

Zapatero diria: “É preciso ouvir e ser sensível, eles têm o direito de expressar seu mal-estar.” Mas nenhuma palavra sobre os conteúdos cívicos dos protestos. Nas eleições de novembro de 2011, a social-democracia espanhola, depois de trinta anos de fidelidade a si mesma, atirou-se no vazio eleitoral. Algo parecido aconteceu no caso do Partido Socialista grego, o Pasok. Lição para outros partidos social-democratas no poder: correm o risco de se desintegrar se não responderem à convocação cívica de seus cidadãos, quando estes se perguntam pela natureza política de suas vidas precarizadas.

Os manifestantes foram expulsos de suas praças. Mas, em compensação, o Estado pagou um alto preço com a perda de sua legitimidade simbólica. O poder teve de representar a repressão. Deu razão às críticas de seus cidadãos ao pôr em cena sua condição não democrática. As praças cercadas e ocupadas pela polícia, os deputados protegendo-se de seu povo, a pista de gelo ocupando a Praça da Catalunha, em Barcelona, no outono de 2011, como uma tentativa de *congelar os protestos...* Conscientes da perda de legitimidade, as instituições democráticas mudaram sua linguagem (“o melhor é inimigo do bom”, “permitiu-se a usurpação da via pública”, “são manipulados”, “cruzaram a linha vermelha”) e começaram a criminalizar e reprimir os movimentos. Passados dois anos, a Câmara dos Deputados está em estado de blindagem permanente desde a mobilização de 25 de setembro de 2012, que, ao grito de “Ocupa o Congresso”, tentou pôr em cena a demanda popular de um novo pacto constituinte.

Se o povo pediu o divórcio, o poder agora quer ficar com o carro, a casa e a guarda dos filhos. Desde 2011, o mais chamativo na dinâmica da crise foi sua aceleração, com o indecente desmanche do Estado de bem-estar social. Impõem-se acelerados processos de transferência de recursos públicos para o setor privado: a privatização da saúde, o encarecimento da universidade, os cortes na educação, a privatização de infraestruturas e serviços básicos como a água, a reforma da previdência social. Além disso, aprova-se uma reforma trabalhista que, acompanhada do aumento do desemprego a níveis inimagináveis (27% da mão de obra ativa, mais de 40% entre os jovens, um total de 6 milhões de desempregados), evidencia outra restrição: a do acesso da população a um salário, ao dinheiro. Hoje já não se fala em bem-estar, mas em sobrevivência.

Se o motor do crescimento era a dívida, agora o motor da retração é o pagamento dessa dívida, que é transferida para os cidadãos. Como pano de fundo,

alguns críticos falam de uma completa reestruturação do sistema produtivo na Espanha, e no sul da Europa em geral. A região seria totalmente espoliada, transformada em área de recreação europeia administrada por corporações estrangeiras. Turismo, gastronomia, esportes, lazer, sol, infraestruturas, moradias de luxo... A destruição de todo o tecido de pesquisa, que hoje ameaça fechar o Conselho Superior de Pesquisas Científicas (a agência de fomento à pesquisa mais importante da Espanha), é coerente com esse processo. Para o atual governo, o grande projeto de desenvolvimento na Espanha dos próximos anos é a EuroVegas, uma Babilônia do jogo e da prostituição que está sendo construída perto da capital do país. É como se, de repente, a sociedade espanhola visse, perplexa, a fronteira global que separa o sul do norte deslocar-se do estreito de Gibraltar para os Pirineus.

Lemas como “Não vamos pagar a crise de vocês” e iniciativas como a Auditoria Cidadã da Dívida insistem em que a administração da crise é conduzida pelos próprios beneficiários das bolhas especulativas dos anos anteriores. Enquanto estouram escândalos de corrupção, estes disputam novas partilhas da pilhagem.

(...) As instituições políticas estão surdas a qualquer voz que venha das ruas. Não é de estranhar que o campo de luta institucional tenha-se deslocado para o âmbito judicial. O ex-diretor-gerente do FMI Rodrigo Rato, e com ele toda a cúpula administrativa do Bankia (o grande buraco negro do sistema bancário espanhol, resgatado com o dinheiro dos contribuintes), foi denunciado por vários crimes. Outro de seus dirigentes, Miguel Blesa, chegou a permanecer em prisão temporária, também acusado de conceder gigantescos créditos irregulares a Díaz Ferrán, ex-presidente da Confederação Espanhola de Organizações Empresariais, o mesmo que, dois anos antes de ser preso, afirmava ser preciso “trabalhar mais e ganhar menos para sair da crise”. O Tribunal Constitucional veta uma legislação que permitiria desapropriar imóveis sem uso em poder dos bancos, proposta pelo governo autônomo andaluz (ele também envolvido em escândalos). Diversos casos de corrupção, sonegação de impostos e evasão de divisas ameaçam a monarquia, graças ao trabalho de alguns juízes. Por outro lado, a privatização do sistema de saúde da comunidade de Madri está sob investigação judicial: destacados políticos madrilenhos estão entre os acionistas dos grupos empresariais vencedores das licitações que eles próprios organizaram. A cúpula do Poder Judiciário é hoje o terreno onde as elites tentam tomar posição no cenário pós-crise. É também nos tribunais que a sociedade reclama sua dignidade perdida.

Imaginário da história

Na Espanha, a efeméride de 23 de fevereiro (data do frustrado golpe de Estado de 1981 e da intervenção do rei na solução do impasse) simboliza a renovação da democracia, o rito pelo qual as instituições provaram ser capazes de legar a si mesmas, de sobreviver às suas crises. Na Porta do Sol, desde 2012, os cidadãos celebram a morte da democracia pelo “golpe de Estado dos mercados”. Na tampa do caixão, colocaram duas datas – 1978 e 15-M –, não porque os protestos tivessem matado a democracia, mas porque terminara então um período da história espanhola contemporânea chamado “A Democracia” por culpa desse outro *golpe*, identificado com o resgate do setor bancário espanhol promovido e financiado pelo Estado.

A democracia foi uma época, e hoje os ativistas chamam seus restos pelo mesmo nome que se dava à ditadura nos anos 70: “O Regime”. Mas como chamar o que vem depois da democracia? Pós-democracia? Apocalipse? Quarto Reich? Os movimentos de resgate da memória (que nos últimos anos exumaram as valas comuns da repressão franquista) falam em “Terceira República Espanhola”. Os movimentos do novo ativismo falam em “República Global dos 99%”.

É complicado imaginar a posterioridade porque esta, por força, se expressará em termos diferentes da estética do presente. Marx, em *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*, impunha à revolução social a tarefa de “extrair sua poesia do futuro”. Embora todos os seus símbolos tenham uma história poética, a *intelligentsia* do 15-M costuma reivindicar uma originalidade radical, armada de categorias que dividem as práticas do mundo entre as da “nova política” (inclusividade, redes, novas tecnologias, assembleias, internet) e as da “velha política” (identidades, movimentos tradicionais, memória histórica, genealogia e tradições). As primeiras seriam revolucionárias; as segundas, chatas.

Se por um lado foi declarada a morte d’A Democracia, a morte do 15-M também é permanente objeto de discussão, tanto na mídia como entre os ativistas, todos obcecados pelo estado de saúde da criança. Existe algo de enigmático na observação do movimento. Muitos esforços se perderam na tentativa de estabelecer seu momento, suas linhas autênticas, sua evolução.

Pelo caminho, os fluxos de ação do 15-M, agora em plena travessia do deserto, são condenados a oscilar entre a desilusão e o voluntarismo, enquanto a vida neste canto

do sul da Europa se complica, os protestos aumentam, o poder endurece no arrocho da cidadania e espalha-se a sensação de que logo haverá uma revolta ainda maior. As cúpulas do poder não querem ceder, temerosas de perder o controle; mas, se os investidores estrangeiros duvidam da capacidade de o país pagar os juros da dívida, não duvidam da capacidade do Estado de reprimir os protestos.

Hoje a questão é insolúvel: parte das pessoas tem certeza de viver “na crise”, uma temporalidade de exceção que ainda se estenderá por mais cinco, dez ou quarenta anos (sempre um tempo bíblico), conforme o político que faz a previsão. Muitas pessoas, especialmente as que viveram sob a ditadura, acreditam que estamos *voltando ao franquismo a passos largos*. Outras estão convencidas de que a revolução global se aproxima. Entre estas, há as que veem o mundo balançando e caindo aos pedaços, e há as que defendem que um mundo novo já nasceu das cinzas do anterior. São as mais otimistas.

Cabe dizer que, para quem viveu a explosão de protestos de dentro, participando deles, sua passagem pelo mundo é dotada de um sentido diferente, que passa por aquelas experiências e linguagens. Por isso os coletivos de manifestantes costumam ser muito ciosos de sua interpretação alternativa da realidade. E isso também permite que seus ativistas sejam vistos como extraterrestres, como ingênuos ou como iluminados por aqueles que não foram tocados e transformados pelos protestos, ou que o foram num sentido diferente.

(...) São muitas as iniciativas que tentaram substituir as praças. E como tudo o que surgiu delas, muitas dessas iniciativas na verdade já existiam, só que agora adquiriram outro significado coletivo. O imaginário do 15-M é resultado da politização de todos os símbolos da bolha: a construção civil, a cultura-espetáculo, a precarização da vida, os *reality shows*, as novas tecnologias, o futebol, a gastronomia... tudo retorna politizado com um sentido coletivo. A especulação imobiliária resume e interliga a maior parte desses elementos. A ideia (herdada do franquismo) de unificar o país por meio de uma classe média de proprietários e da realização de grandes obras públicas orientou a economia nacional para a construção. Agora o maior problema social é a impossibilidade de os que não têm salário pagarem suas hipotecas, enquanto milhões de moradias, de propriedade dos bancos resgatados com dinheiro público, continuam vazias.

A Plataforma de Afetados pela Hipoteca (PAH) trabalha sobre esse abismo. Um lema lançado em 2011 inspira suas práticas: “Espanha, esse país de casas sem gente e de gente sem casa.” Sua ação política, aliada à sensibilidade de outros movimentos juvenis (V de Vivienda), procura evitar que isso continue acontecendo. Primeiro, por meio das campanhas Stop Desahucios, nas quais um grupo de cidadãos opõe resistência passiva e faz pressão psicológica contra os funcionários do Estado incumbidos de executar o despejo, os quais, cada vez com mais frequência, acabam cedendo. Ao mesmo tempo, trabalham com a indignação do público por ter resgatado o mesmo setor bancário que continua despejando as pessoas que não podem pagar suas hipotecas. Isso obriga os bancos a agir para reverter o prejuízo de sua imagem e recuar. Outra de suas linhas é a Obra Social PAH, que consiste em ocupar diretamente os imóveis vazios das instituições resgatadas.

O apoio social às suas ações levou a PAH a promover, com êxito, uma Iniciativa Legislativa Popular, que recebeu 1 milhão e meio de assinaturas, pedindo que o Congresso aprovasse uma lei de hipotecas mais garantista. Dias antes da votação, o Tribunal de Justiça da União Europeia deu razão às demandas da PAH, considerando a atual legislação abusiva. Ainda assim, a iniciativa popular foi rejeitada pela maioria parlamentar, dando mais uma prova do divórcio entre a vontade popular e a atividade legislativa. A declaração da porta-voz da PAH, Ada Colau, com sua linguagem engajada (“Não é uma crise, é uma fraude; não são despejos, são crimes”), na Câmara dos Deputados, expressou o conflito entre duas linguagens e dois modos de falar a democracia. Enquanto a proposta tramitava, a PAH começou sua campanha de *escracho* dos políticos que derrubaram a lei, com manifestações em frente a suas casas. Importava-se assim um dos métodos do movimento argentino de memória histórica, reclamando o fim da “impunidade” social nas decisões políticas.

Outro desdobramento interessante dos protestos na Espanha são as chamadas “marés”, ligadas aos pilares básicos do Estado de bem-estar social: saúde, *Maré Branca*, por causa do jaleco dos médicos; educação, *Maré Verde*, por causa do guarda-pó dos professores; serviços sociais, *Maré Laranja* (há outras de menor força: *Maré Azul*, privatização da água; *Amarela*, das bibliotecas; *Negra, Roxa...*). Usuários e profissionais passam a atuar juntos em protestos, marchas, ocupações, resistência usuária – por exemplo, quando o paciente se nega a ser encaminhado ao serviço privado apesar das listas de espera do público. A emergência das marés se apoia na politização solidária de

usuários e profissionais diante do vínculo de mútua dependência que existe entre ambos. Uma entidade política maior (o público, a sociedade) se faz presente no momento em que o Estado se retira, debilitando a estrutura que antes garantia (e tornava invisível) esse vínculo de dependência.

O imaginário político da maré tem a ver com a água (penetrar, transbordar, níveis de mobilização, fluxos e contrafluxos). Sua *mise-en-scène* apropriada do sucesso midiático das chamadas “revoluções coloridas” (Ucrânia, Mianmar, Geórgia...). A Maré Cidadã é o conjunto multicolorido das diversas marés setoriais atuando conjuntamente. Alguns elementos dos protestos brasileiros (a defesa da educação, a apologia da figura do professor...) lembram essa poética do público, que na Espanha clama, na Maré Branca: “Queremos cuidar de todxs” (o x neutraliza o gênero na linguagem inclusiva dos protestos).

Se há alguma coisa que define o 15-M como movimento é sua paisagem sonora, caracterizada por gritos e cantos, mas também pelo uso do silêncio (os famosos “gritos mudos” do 15-M). Depois da Eurocopa do ano passado, boa parte dos cantos passou a parodiar os gritos da torcida da Seleção Espanhola de futebol. Há também o ruído dos painéis e a “música de escrachos”. Merecem menção à parte o Coro e Orquestra Solfônica, formados por músicos profissionais e amadores nas manifestações de maio de 2011. Na greve geral europeia de 14 de novembro de 2012, em meio à violenta repressão policial, a Solfônica protegeu os manifestantes fazendo-os cantar com ela e sendo, por sua vez, protegida por seus ouvintes. A Solfônica resgata o velho cancionário popular-republicano (*Maruxiña; Los Cuatro Muleros...*), a canção de protesto da transição (*Canto a la Libertad; Grândola, Vila Morena; L’Estaca*), canta em todas as línguas nacionais e produz peças próprias. Recentemente, apresentou uma zarzuela (a forma popular da ópera espanhola) satírica, *El Crepúsculo del Ladrillo*, que recuperou o sentido das formas corais populares madrilêns e do teatro de base.

Baixa ou alta cultura, hoje tudo está politizado. Bastava visitar a última Feira do Livro de Madri e comparar os títulos dos livros com os de quatro anos atrás. No setor Rua da Cultura, todas as formas de produção cultural – das letras de hip-hop ao grafite, do fotojornalismo aos documentários coletivos e centros ocupados – remetem *ao real* de um modo intenso, comunitário e obsessivo.

Em abril de 2013, ao entrar no povoado galego de Cangas do Morrazo, tive umacomção. No alto de uma casa havia um homem à beira do abismo, contemplando

serenamente a distância que o separava do chão, inclinado, elegante, a ponto de saltar no vazio, ante a indiferença dos poucos transeuntes presentes naquela hora da tarde. Estamos sensibilizados pelo drama das pessoas que se matam antes de serem despejadas, uma forma de resistência pacífica baseada na imolação, que deu lugar ao lema “Não são suicídios, são assassinatos”. Em espanhol, a palavra *desahuciado* denomina tanto a pessoa que é despejada de sua casa como os doentes terminais. Para não serem *desahuciadas*, elas mesmas se *desahucian*.

Podemos já ter lido sobre casos assim, e até escrito a respeito, mas não sabemos como reagir quando, de repente, estamos prestes a testemunhar o ato. Que fazer, gritar? Só pioraria as coisas. Chamar alguém? Mas quem? A PAH? O gesto instintivo é aproximar-se. Quando cheguei mais perto, percebi que esse homem, na verdade, era uma estátua. Uma estátua que nos interpela, que nos leva a interrogar sobre a relação entre o que estamos dispostos a ver e a fazer, entre aquilo que olhamos e o tempo de que dispomos. Assim, através dessas formas estéticas, conecta-se brutalmente o tempo dos que vivem *na crise* e o tempo dos que vivem *contra a crise*. (...)

Os protestos na Espanha são *defensivos*: entrincheirados nas ruínas do edifício do Estado, entre os muros do bem-estar social que nos protegiam contra a fria intempérie do neoliberalismo, esperamos o assalto final dos nossos famintos demônios familiares. Vistos da Espanha, os protestos brasileiros nos parecem fundamentalmente *construtivos*. Uns e outros compartilham alguns elementos: insatisfação com o aumento do custo de vida, com a precariedade, e demandas por serviços mínimos, pela dignidade da cidadania. É assim que os lemos do outro lado do oceano, como a vontade de socializar e de estender direitos identificados com um bem-estar racional-nacional. Como a legítima aspiração a ter o que aqui estamos perdendo.

No ano de 2004, na Eurocopa de Portugal, a construção de estádios à custa da dívida pública não gerou contestação relevante. Tampouco na Espanha, onde foram construídas imensas catedrais do futebol no ritmo da bolha imobiliária. Eram tempos de estádios, e não de praças. Hoje os estádios são ruínas monumentais, como a gigantesca arena de Mestalla, em Valência, paralisada desde 2009. Tiraram o pão para construir circos, e hoje os circos caem aos pedaços. Outro emblema do 15-M: “Pouco pão e péssimo circo.” Mais um emblema do *boom* que volta politizado.

Os circos da Copa do Mundo brasileira já estão prontos. Na Espanha, é impossível vestir-se de vermelho e amarelo para protestar. Não há possibilidade de

imaginação política alternativa dentro do marco nacional. As imagens dos protestos brasileiros parecem provar que o contrário é possível. Parodiando o slogan publicitário (ou o hino nacional), as pessoas se congregam sob slogans que proclamam “O gigante acordou” (às vezes completado com “e agora vem pra rua”, “a periferia nunca dormiu” etc.). As máscaras de Fawkes convivem com a bandeira nacional (assim como o Occupy Wall Street, nos Estados Unidos). E, diferentemente do que aconteceu em Portugal e na Espanha, no Brasil de hoje é a própria cultura do futebol-especulação-espetáculo que fornece os elementos para a crítica: não precisamos de estádios, precisamos de hospitais.

Enquanto na Espanha e em Portugal grita-se “Fora FMI”, no Brasil grita-se “Fifa go home”. Enquanto na Espanha a Eurocopa serve de pano de fundo para falar de política sem falar nos protestos, no Brasil a Copa do Mundo parece servir para falar dos protestos políticos. Como bem sabe o técnico espanhol, o que acontece fora dos estádios há de definir a nova era que começa, agora que o placar voltou ao zero.

9. How Occupy reinvented the language of democracy

Autor: Jerome Roos

Data: 17/09/2013

Fonte: <http://roarmag.org/2013/09/occupy-movement-autonomy-direct-democracy/>

The movement taught millions the language of autonomy, horizontalism and direct democracy. The question now is not whether it failed, but what's next?

Exactly two years ago today, on September 17, 2011, some five thousand activists swarmed into Lower Manhattan and — after being physically repelled from Wall Street by the NYPD — set up camp in Zuccotti Park. Over the course of the next two months, as the call to Occupy Wall Street resonated around the globe and inspired protests in over 1.000 cities and 82 countries, the leaderless anti-capitalist movement achieved what no left-wing mobilization had managed to do for at least a decade: it actually changed the parameters of the public debate and revolutionized our political vocabulary. The movement has long since subsided, but the language of the 99% lives on.

Today, it remains fashionable to chastise the Occupy movement for its refusal to appoint leaders, formulate political demands or come up with a clear political program. Leading social movement scholar Sydney Tarrow did just that in a 2011 *Foreign Affairs* essay, in which he argued that Occupy was little more than a call for attention, or what he calls a “we are here” movement. In a blog post for the *Huffington Post* yesterday, former labor secretary Robert Reich echoes that same tired critique all over, arguing that without the “essentials of political organization, discipline, and strategy”, the movement can't be sustained and will ultimately fail to bring about lasting social change.

There is usually surprisingly little mention in any of these critiques of the federally-coordinated crackdown on the movement by America's militarized police force. It's unclear how any amount of political organization, party discipline or movement strategy could have overcome the systematic sabotage undertaken by the US

police state — including widespread NSA espionage and even a top-secret FBI plan to assassinate the movement’s “leaders” with sniper fire. Nor do Occupy’s liberal critics ever really develop a clear explanation of just *how* adopting the failed and co-opted methods of the Democratic Party could have made the movement any more successful, given that even the country’s most liberal President and Congress in a generation remain wholly enslaved to the interests of Goldman Sachs and Wall Street.

As Leonidas Oikonomakis and I argued in a recent paper, these institutional critiques continue to miss the point. Occupy was first and foremost a *symptom* of the crisis of representation against which it arose. The emergence and resonance of its leaderless organizational form and its rejection of the political establishment should be attributed more to the failure of the present system than to the political orientations of the core activists themselves. The only reason the anarchist and horizontalist principles of Occupy’s early organizers resonated so widely is because the capitalist and institutionalist principles of liberal democracy have so utterly disqualified themselves that no one really believes in them any more. No leftist can still credibly claim to take the Democratic Party seriously as a vehicle for social change. Autonomy is simply our only alternative.

Far from a mere call for attention, Occupy was a truth-teller in the vein of today’s whistleblowers. It was the boy who broke the political spell of the Emperor’s new clothes; a movement that revealed the “democratic” façade of the capitalist state to be naked and full of pretense. The obvious and predictable reaction on the part of the establishment was to point its finger back at the “naïveté” and “inexperience” of the little newcomer who had just revealed the utter vacuity of its own democratic pretensions. But despite the obvious growing pains of the country’s first serious anti-capitalist movement in a generation, it nevertheless managed to get the truth out — and now no one can deny it any more. The mask of democracy has fallen. We do not live in a democratic state. We live under a thinly veiled imperial bankocracy that systematically benefits the interests of the 1% over those of everyone else.

In this sense, Occupy’s most immediate victim was not the capitalist system *per se*, but rather the ideological illusion that this capitalist state of affairs is somehow the *only* way to organize society, and — much more perniciously — that it should therefore be considered the only appropriate basis for the struggle for social change. In this sense, Occupy’s critique of representation and its reinvention of the democratic narrative

virtually killed off the last remnants of party and state fetishism within the grassroots movements of the anti-capitalist left. Occupy's horizontalism did not so much smash the vertical structures of the institutional left — reformist and revolutionary alike — but simply *dissolved* them through its emphasis on radical equality and open-ended inclusiveness, and its revolutionary vision of the directly democratic urban commune.

By occupying Wall Street instead of making demands on Capitol Hill, the movement propelled a new diagnosis of power into the public discourse. In today's Empire, sovereignty does not reside with public officials but with private capitalists — and with investment bankers most of all. Vying for state power or even making demands upon the thoroughly co-opted political class is pointless when the state itself is so utterly symbiotic with finance and so structurally dependent on capital for its own survival. What Occupy taught America and the world through the sheer force of example was that for the 99% to become wound up in a political game whose rules were fixed by the 1% a long time ago, would imply becoming involved in the active process of defeating itself. The main challenge, then, still lies ahead: the 99% now needs to figure out ways to harness its own constituent power and to transform the democratic impulse of the squares into lasting forms of autonomous and horizontal self-organization.

Of course Occupy was not without its problems in this respect. Those who actively participated in the movement are often more aware of the fundamental flaws, pitfalls and challenges of direct democracy than the movement's ignorant institutional critics seem to realize. But two years hence, there is no doubt that Occupy has provided us with a new political grammar and a radical vocabulary with which to reinvent our critique of global capitalism and from which to begin constructing our own revolutionary alternative to bankocracy. Occupy taught millions of people the language of autonomy and horizontalism, of direct action and prefigurative politics, of consensus decision-making and participation — and, most important of all, it helped reinvigorate that long-lost hope that there *is* an alternative, that another world *is* possible.

In a word, Occupy achieved a major victory when it reinvented the language of democracy and dramatically reset the parameters of the public debate — and it subsequently suffered a major defeat when it was violently evicted from its temporary autonomous zones in a cynical federally-coordinated police crackdown. The question now is not so much whether the movement failed or succeeded (a question whose answer depends entirely on the subjective definition of the movement's objectives), but

rather: what's next? It's self-evident that Occupy reinvigorated anti-capitalist struggles in the US and across the world. But how can we now create the autonomous spaces (both physical and social) within which to carry on our experiment in radical democracy and from which to re-launch our disruptive direct actions against the 1%?

It is the continuously unfolding answer to *this* question — much more than the mainstream's thorough misunderstanding of the movement's nature and its objectives — that will determine the future of the 99% and its struggle against the finance-state nexus that has come to dominate our lives. Occupy Wall Street was really only just the beginning. An endless struggle still lies ahead of us. It's time to move on.